

Trabalhadores

JORNAL DOS

ANO I — Nº 9 — Quinzenal — 30 de julho de 1982 — Cr\$ 50,00

Recado do Lula



É preciso mudar tudo

O Governo perdeu inteiramente o controle da inflação. Aliás, nunca o teve, mas, em épocas passadas, conseguia enganar, fingir. Agora, nem isso.

O custo de vida aumenta todo dia, nas barbas do Governo e o Governo não faz nada. Os grandes latifundiários, as multinacionais, os industriais, os banqueiros, os grandes comerciantes, os donos das empresas de serviço a cada instante aumentam os preços. E o Governo continua não fazendo nada. O ministro do Planejamento vai viajar para o Exterior, para ver se conserta lá fora as burradas que faz aqui dentro. E o presidente da República diz que isso é natural, que isso é assim mesmo, que a inflação não tem remédio.

Pior ainda. O próprio Governo contribui, direta ou indiretamente, para aumentar o custo de vida e a inflação. Com objetivos puramente eleitorais, cria esse tal de Finsocial, sabendo que as empresas vão repassar mais esse custo para o consumidor. Permite, em quase todos os Estados, que sejam aumentadas as tarifas das empresas públicas de eletricidade, telefone, água, transporte, etc. E, por último, aumenta o preço do açúcar, que aumenta o preço do álcool, que aumenta o preço da gasolina. Que, por sua vez, aumenta de novo o preço de tudo, nesse carrossel que os trabalhadores conhecem há 18 anos.

Não basta mudar apenas a política econômica do Governo. O que precisa é mudar o Governo e o regime.

Lula

Forma e conteúdo da poesia popular

P. 7

Professores querem reforma da Educação

P. 3

Bancos aumentam lucros

E a inflação come o salário do trabalhador

P. 3

Contra o adiamento do I Conclat



O Enclat do Rio Grande do Sul, realizado nos dias 16, 17 e 18 de julho, foi o primeiro a condenar o adiamento do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. O Encontro Nacional de Militantes Sindicais do PT também repudiou o adiamento.

O Enclat de São Paulo (30 e 31 de julho e 1º de agosto) e o Enclat de Minas (6 e 7 de agosto) também vão se pronunciar sobre a decisão da Comissão Pró-CUT, que está recebendo o repúdio de numerosos trabalhadores e sindicalistas.

P. 4 e P. 6

Ocupação de casas e lotes

Em vários pontos do País, os incidentes

Em Goiânia, famílias ocuparam os lotes do Jardim Boa Vista, foram cercadas pela Polícia Militar, houve incidentes e um fotógrafo morreu.

Os salários de fome que os trabalhadores estão recebendo, a inflação, a especulação imobiliária, o completo descaso do Governo, tudo isso está fazendo aumentar o número de ocupações de terrenos e casas, em todo o País.

Famílias ocupam

Nas últimas semanas, centenas de famílias ocuparam casas de um conjunto desabitado em Santo André, no Estado de São Paulo.

Em outros pontos do País tem ocorrido, cada vez com maior frequência, fatos semelhantes.

Última

Posseiros em julgamento

E o júri é constituído por latifundiários

No dia 9 de agosto deverão ser julgados, pela Justiça Comum, onze posseiros do Município goiano de Porto Nacional.

Conflitos

Eles são acusados pela polícia de terem matado dois grileiros em conflitos de terra ocorridos em 1979. Na ocasião, os grileiros, a mando de latifundiários, faziam toda sorte de arbitrariedades na região de Porto Nacional, espalhando o terror, incendiando casas e paióis, para expulsar os trabalhadores rurais de suas terras.

Esses conflitos são comuns no Interior de Goiás, onde os latifundiários usam de extrema violência. Foi num deles que os grileiros, depois de incendiar as casas dos trabalhadores, se preparavam para incendiar, também, os paióis onde estavam estocadas as colheitas de arroz plantado pelos trabalhadores. Os posseiros resistiram e, na briga, dois grileiros foram mortos.

Fazendeiros

Augusto César Antunes Franco, secre-

tário da Comissão Pró-CUT de Goiás, declarou o seguinte:

“Os onze posseiros acusados serão julgados pela Justiça Comum. O júri, inteiro, é constituído exclusivamente de fazendeiros, ou de seus fiéis representantes. É claro que o que vai acontecer é uma farsa judicial, e, assim, os trabalhadores rurais de Porto Nacional correm o grande risco de serem todos condenados.”

Augusto Franco, que também é membro do PT, apresentou ao seu Partido uma moção de solidariedade aos trabalhadores, que foi aprovada. Também foi aprovada recomendação sua no sentido de que dirigentes sindicais e membros da direção do Partido comparecessem ao julgamento, como forma de solidariedade.

Minas Gerais

Cerca de duzentas famílias de trabalhadores rurais, no próximo dia 31, realizarão manifestação no Município mineiro de Cachoeirinha, junto às terras de onde foram expulsos em 1967.

Arafat reconhece o Estado de Israel

P. 2

Quanto ganha o general Figueiredo

P. 3

Atentado a candidato

Oswaldo de Alencar Rocha, advogado da Comissão Pastoral da Terra em São Luís, capital do Maranhão, e candidato do Partido dos Trabalhadores ao Governo do Estado, sofreu recente atentado: jagunços atearam fogo à casa em que ele se encontrava, em companhia da esposa e de outras pessoas. Ele debelou o fogo, e, assim, não houve vítimas.

Oswaldo Rocha tem recebido ameaças constantes, por causa de sua intransigente defesa dos trabalhadores rurais e dos moradores do Maranhão.

Última

Estudantes alteram a política da UNE

P. 5

População protesta: não quer o controle

P. 5

O I Encontro de Sindicalistas do PT

P. 6

Editorial

Patronato ingrato...

As críticas que setores do empresariado têm feito ao Governo vêm aumentando de frequência e amplitude. Ora são os pequenos industriais e os pequenos comerciantes que reclamam do protecionismo oficial às grandes empresas. Ora são os grandes industriais e grandes comerciantes que reclamam dos lucros excessivos dos banqueiros e exigem modificações na política financeira oficial. Os banqueiros, por sua vez, jogam a culpa sobre o ziguezague da política econômica e dizem que estão submetidos ao Banco Central e aos organismos internacionais de crédito. Os latifundiários, mesmo poderosíssimos, pedem maiores financiamentos do Governo e dizem que este não ampara a Agricultura. As grandes empreiteiras vivem reclamando o atraso no pagamento por parte do Estado. As multinacionais não dizem nada, por oportunismo, mas, na moita, fazem todo tipo de pressão para arrancar mais e mais concessões e proteções do Estado.

E todos lamentam a corrupção dos outros, esquecendo-se da corrupção cotidiana que fazem em suas fazendas, em suas fábricas, em seus bancos, e que é a pior de todas: a vil corrupção do trabalho humano, que lhes produz toda a riqueza, o lucro e o sobrelucro.

Mas o empresariado brasileiro, nacional ou vinculado às multinacionais, finge esquecer uma coisa. Finge esquecer que, durante esses dezoito anos, apoiou, aplaudiu, endossou e sustentou esse regime e esses Governos. Porque isso lhes interessava. Foi no interesse do empresariado que se implantou em 64 o regime que aí está. Foi no seu interesse que os sucessivos Governos, desde então, tomaram uma série de providências, cada uma delas ruidosamente aplaudida pelos patrões nacionais e estrangeiros: primeiro, a liquidação das liberdades democráticas para impedir que o povo reclamasse; depois, o fechamento do Congresso, a cassação dos opositores, o aniquilamento dos partidos políticos, a perseguição, a prisão, a tortura e a morte de milhares de brasileiros que se opunham ao regime; em seguida, o fim da estabilidade no emprego, a intervenção nos sindicatos, o arrocho salarial, a eliminação do direito de greve, a entrega do território nacional às empresas es-

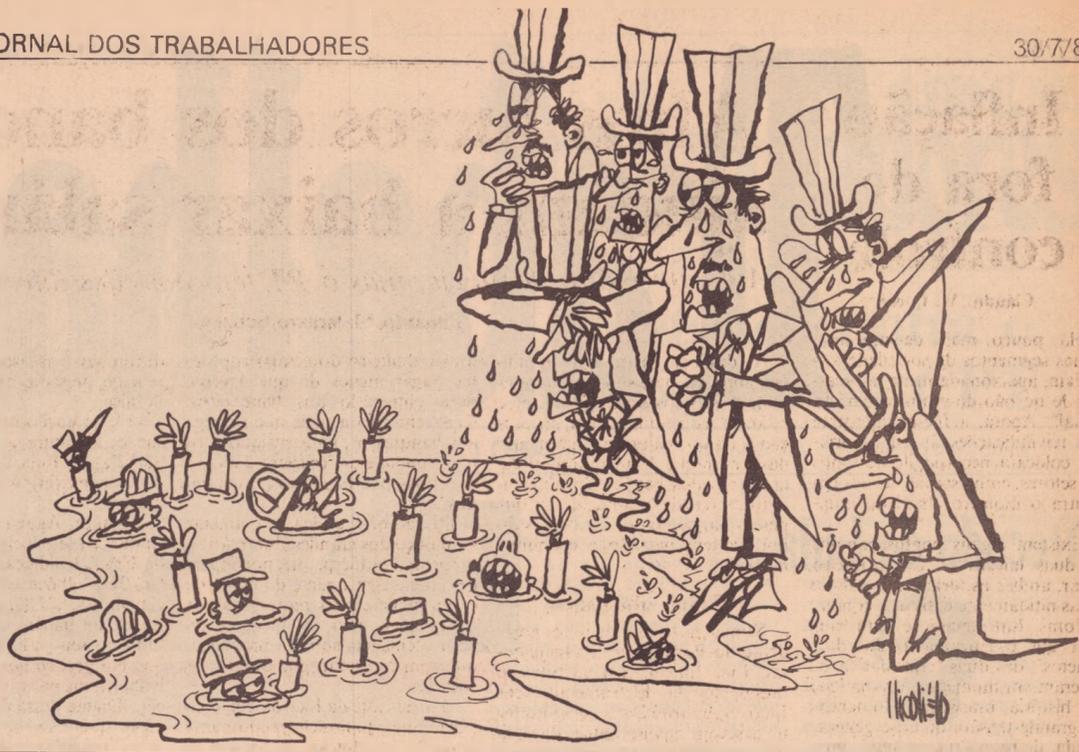
trangeiras, a desnacionalização quase completa de numerosos ramos de atividade econômica, o aumento das contribuições, das taxas e dos impostos que recaem sobre os trabalhadores, a liberação dos preços, etc, etc...

Tudo isso, o empresariado sempre sustentou economicamente e apoiou politicamente. E ai de quem ousasse reclamar! Cadeia em cima dele, com o apoio do empresariado. Ai de quem ousasse fazer greve! Polícia em cima dos grevistas, chamada pelos próprios patrões, e depois as demissões, o desemprego, as listas negras, os processos e os enquadramentos na Lei de Segurança Nacional. E os patrões batendo palmas e sorrindo.

Agora, o regime e o Governo estão encalacrados. Não seguem mais a inflação, não conseguem mais impedir a organização e a manifestação dos trabalhadores, não sabem mais como contentar, ao mesmo tempo, a todos os setores do empresariado, em eterna competição entre si.

Por isso o empresariado grita, e se queixa, e reclama e protesta. Patronato ingrato, que não quer mais apertar a mão estendida... E foi a própria Federação das Indústrias de São Paulo (isto é, a "nata" dos patrões brasileiros que acaba de inventar essa bobagem de "pacto antiinflação", como se não fossem eles próprios os responsáveis pelo aumento do custo de vida, pelo arrocho salarial e pela inflação incontrolável. Fingindo refrear os aumentos nos preços de seus produtos, o que eles querem é uma desculpa para depois exigir do Governo o fim dos reajustes salariais semestrais. Em outras palavras: querem tirar sempre dos trabalhadores o que nem sempre conseguem tirar do Governo.

Mas nós, trabalhadores, sabemos muito bem que tudo isso é uma farsa: tanto o falso empenho dos empresários em conter o custo de vida quanto o falso empenho do Governo em proteger os trabalhadores. Sabemos muito bem quem são nossos inimigos: o regime, os Governos que o exprimem, os patrões que o sustentam. E é por isso que, agora, nós trabalhadores, não nos limitamos mais a apenas trabalhar e trabalhar, quietos e obedientes: agora nós queremos participar das decisões políticas para governar este País.



Internacional

A mudança de rumos da OLP

Para resolver a crise no Líbano, Arafat reconhece o Estado de Israel

No dia 25 de julho, o secretário-geral da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat, assinou um documento em que reconhecia o direito à existência do Estado de Israel.

Essa foi certamente a maior guinada diplomática acontecida desde o início do conflito do Oriente Médio, há 35 anos. A OLP abandonou a tese da criação de um Estado leigo — onde judeus e árabes, cristãos ou muçulmanos, teriam os mesmos direitos — na região onde hoje estão Israel e as zonas ocupadas pelos israelenses da Cisjordânia e da faixa de Gaza. E passou a defender a tese da convivência do atual Estado de Israel com um Estado Árabe na região que, até 1947, era o Protetorado Britânico da Palestina.

Essa guinada é importante, não só porque muda totalmente a reivindicação palestina, mas também pelo que representa a OLP. Ela é a maior das organizações político-militares dos palestinos e também a que tem o mais amplo reconhecimento internacional. Yasser Arafat já falou até na ONU (Organização das Nações Unidas), em nome do povo palestino, e a OLP mantém hoje escritórios de representação em grande número de países.

Solução difícil

Apesar disso, a mudança de posição da OLP não significa que o conflito do Oriente Médio vai ser facilmente solucionado.

A primeira reação dos Governos de Reagan e Begin foi dizer que Yasser Arafat, com essa mudança, estava apenas dando um golpe de propaganda. Para Menachem Begin, primeiro-ministro israelense, a situação diplomática fica complicada, porque a tese da existência de um Estado Palestino ao lado do Estado de Israel tem muita aceitação em todo o mundo.

Mas, para ele, a existência de um Estado Palestino não faz sentido. Begin acha que Israel deve ocupar simplesmente todo o território do antigo Protetorado Britânico da Palestina. Nesse sentido, ele anexou ao território israelense as Colinas de Golan, que foram tomadas da Síria em 1967. E tem incentivado a instalação de colônias judaicas na Cisjordânia, tomada à Jordânia também em 1967.

Reconhecimentos

Além de não ter aceitação do lado de Israel, a nova tese de Yasser Arafat também vai ser contestada entre os palestinos.

A OLP é de fato a maior organização poli-

tico-militar palestina, mas existem outras que também têm peso, principalmente a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), liderada por George Habache, e a Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina (FDPLP), liderada por Nayef Hawatmeh.

A posição do PT

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, enviou no dia 28 uma carta a João Paulo II, apoiando os apelos que o Papa tem feito em nome de todos os povos oprimidos e reconhecendo a contribuição da Igreja Católica para a liberdade e justiça. Lula lembra a visita do Papa ao Brasil e seu encontro em Roma, dizendo que, nas duas ocasiões, pôde constatar "a enorme devoção de Sua Santidade à causa dos povos que buscam libertação".

Em seguida, Lula diz que o PT vem acompanhando, consternado, "a violação dos direitos humanos e o enorme sofrimento causado pela violenta invasão do Líbano pelas tropas do Governo de Israel". E acrescenta: "Hoje, quando os representantes da Organização pela Libertação da Palestina reconhecem o direito de Israel existir como Estado, cabe aos cristãos intercederem para que o Governo de Israel também reconheça o direito do povo palestino de ter uma Nação independente e livre, na Palestina".

A carta termina assim: "Pedimos, portanto, que Sua Santidade busque interceder junto a todos os Governos no sentido de obter uma paz justa no Oriente Médio, paz esta que possa garantir tanto ao povo palestino quanto ao povo de Israel o direito à terra, à Nação e a uma vida decente, na liberdade e no respeito aos direitos humanos. PT Saudações".

Desde o primeiro momento da invasão do Líbano pelo Governo de Israel, o PT vem condenando a guerra desencadeada por Menachem Begin.

No dia 18 de julho, Lula, como presidente nacional do PT, enviou a Yasser Arafat uma carta em que se manifesta "profundamente chocado e indignado com a invasão genocida do Líbano, que trouxe a morte, destruição e sofrimentos desconhecidos na história recente dos povos, para libaneses e palestinos". Afirma também, em seu nome e em nome do PT, "total e inabalável solidariedade". Diz colocar-se à

disposição de Arafat para "quaisquer medidas conjuntas" que possam tomar, e acrescenta: "Estou disposto a ir a Beirute agora mesmo para verificar, com meus próprios olhos, a peste que se abateu sobre os povos árabes no Líbano".

No mesmo dia foi divulgada carta aberta do presidente do PT ao embaixador de Israel no Brasil, Sr. Shaul Ramati, onde condena a invasão do Líbano, a violação do Direito Internacional e das determinações da ONU. Condena também a utilização de bombas proibidas pelas leis internacionais e repudia a ação das tropas de Sharon nos territórios ocupados. Além de criticar dificuldades colocadas pelo Governo israelense ao trabalho da Cruz Vermelha Internacional, a carta exorta o Governo brasileiro a tomar medidas mais concretas contra o genocídio do povo palestino. Exige que as forças de Israel se retirem imediatamente e incondicionalmente do Líbano, e que o Governo israelense se abstenha de coagir os representantes legítimos dos povos libaneses e palestinos.

Manifestações

Cerca de duas mil pessoas, portando faixas e cartazes, manifestaram-se dia 21 de julho no centro de São Paulo, contra a invasão do Líbano pelo exército israelense. Os manifestantes fizeram uma passeata até o consulado norte-americano. Uma comissão, constituída por membros de partidos políticos e de entidades de massa, entregou a funcionários do Consulado um abaixo-assinado, com 3.276 assinaturas, responsabilizando o Governo de Menachem Begin pela invasão e exigindo que os EUA pressionem o Estado de Israel a acabar com a guerra.

A comissão também entregou ao Consulado cópia de uma carta-aberta endereçada ao general Figueiredo, na qual se pede: apoio material às vítimas da invasão, intensificação dos esforços diplomáticos para resolver a questão do Líbano, e reconhecimento oficial do Escritório da Organização pela Libertação da Palestina (OLP) no Brasil como representação diplomática.

Cuba e Nicarágua

O Partido dos Trabalhadores esteve presente, na pessoa de Sotuhel Sayegh, membro da Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional, às festas de comemoração do aniversário da revolução sandinista.

Embora os demais partidos políticos legalizados do Brasil também tenham sido convidados, só o PT participou dos atos do dia 19 de julho em Manágua.

O representante petista foi recebido por Daniel Ortega e Tomás Borges, da Junta de Reconstrução Nacional da Nicarágua.

No dia 26 de julho, data nacional cubana, o presidente nacional do PT escreveu ao primeiro ministro de Cuba, Fidel Castro, afirmando que "pela primeira vez desde seu registro legal, o Partido dos Trabalhadores tem a honra de dirigir-se ao representante da Nação cubana e artífice da primeira revolução socialista na América".

Pergunta e Resposta

Para ver sua pergunta ou dúvida respondida nesta Seção, escreva para **Jornal dos Trabalhadores** — Seção Pergunta e Resposta — rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707, São Paulo, SP.

Quando é que a Comissão Municipal Provisória deve realizar a convenção municipal?

Nos municípios com menos de um milhão de habitantes, onde haja Comissão Municipal Provisória de partido político e número mínimo de filiados, o último dia do prazo para realização de Convenções Municipais é 7 de agosto. Três dias depois da convenção termina o prazo para que um dos delegados da Comissão Provisória Municipal arquive uma cópia autenticada da ata da Convenção no Cartório Eleitoral. Para isso o delegado deverá levar ao Cartório o livro de atas e duas cópias xerox da ata da Convenção. O juiz eleitoral autenticará as duas cópias e arquivará uma no próprio cartório, devolvendo a outra ao delegado do partido para que este a junte ao pedido de registro dos candidatos indicados na Convenção.

É 17 de agosto o prazo final para apresentação do requerimento de registro de candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores. Até as 18 horas desse dia o delegado do partido deverá entregar ao Cartório Eleitoral toda a documentação citada (xerox autenticada da ata da Convenção, e requerimento, e mais a documentação de cada candidato).

O juiz eleitoral terá até 5 de setembro de prazo para julgar os pedidos de registro e as impugnações a esses pedidos, se houver. E, se houver impugnações, o partido ou o candidato apresentarão recursos contra a impugnação e tais recursos serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral até o dia 27 de setembro. Se houver recursos contra as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, o Tribunal Superior Eleitoral terá até 16 de outubro de prazo para julgar esses recursos.

O "Diário Oficial" do Estado de São Paulo, nos últimos meses, está repleto de nomeações "pelo artigo 92 da Constituição". Disseram-se que são nomeações sem concurso. Isso não é ilegal? Ou pelo menos imoral porque sei de muita gente que já fez concurso há muito tempo e ainda está esperando nomeação?

Não é ilegal. O artigo 92 da Constituição Estadual permite, em caráter excepcional, nomeações sem concurso pelo prazo de dois anos, no final dos quais o funcionário será exonerado. Estabelece algumas condições: 1) não pode haver nomeações pelo artigo 92 quando houver candidatos concursados para aquele cargo. 2) no final dos 2 anos o funcionário não poderá ser nomeado novamente para o mesmo cargo.

Imoral seguramente é. Quando a Constituição estabeleceu essa ressalva para a exigência de concursos, ainda havia alguma justificativa. Os concursos eram centralizados num único órgão e eram muito demorados. Então, a gente podia admitir a necessidade de nomeações provisórias sem concurso — para atender casos urgentes. Hoje não existe esse problema de demora. Os concursos são descentralizados — feitos pelas secretarias — e não são demorados. Há casos de provas aplicadas no domingo e que têm os resultados publicados no "DO" de terça ou quarta-feira seguintes.

Essa enxurrada de nomeações pelo artigo 92 às vésperas das eleições só poder ser explicada pelo interesse do Governo de distribuir favores e de colocar na máquina administrativa pessoas dóceis aos propósitos de usar essa máquina em favor do partido do Governo.

Com isso são prejudicados: — os candidatos concursados, que vêem as suas nomeações preteridas. (Candidato que deve sua nomeação a concurso e não a favores de políticos não interessa ao Governo e pode esperar. Há alguns que já estão esperando há mais de um ano.)

— a população em geral, que numa época de escassez de empregos vê esse emprego fora de seu alcance reservado para os "protegidos" dos políticos de situação.

— os usuários do serviço público, que serão servidos por funcionários não selecionados.

E, finalmente, os próprios beneficiados são vítimas de uma espécie de tapeação. No final de 2 anos eles são postos para fora. É claro que sempre existe a hipótese de recondução para outro cargo. Mas isso depende da benevolência da administração. Não existe nenhuma garantia.

Cartas

Recebemos "Señal de Libertad", publicação internacional da "Rádio Venceremos", órgão do Comin (Comando Internacional de Informação de la Revolución Salvadoreña). O nº 18 traz uma reportagem sobre esquadrões da morte e numerosas críticas à ação imperialista norte-americana. Endereço da revista: a/c Julio Ernesto Molina, apartado 2.363, Los Escobros, Manágua, Nicarágua.

★ Registramos o recebimento de "Combate Operário", editado em Lisboa, Portugal, à rua da Palma, 268, 1100.

★ Ao colaborador Eduardo G. D.: favor comunicar-se com o jornal, por carta, com identificação completa e endereço para correspondência.

★ "O julgamento dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gournou, em Belém, no último dia 22, realizado

sob intensa pressão do "Sistema", sob intensa coação, com todo tipo de injustiças sendo cometidas contra eles, teve o seu lado positivo, pois esse acontecimento serviu para afastar ainda mais a Igreja Católica do relacionamento com o Governo, colocando os próprios católicos em cheque.

"Como é que ficam os católicos agora? Será que ainda haverá católicos dispostos a votar no partido do Governo, ou seja, no PDS? Mesmo estando esse Governo prendendo padres? O Governo acusa e prende padres, por defenderem os mais fracos, mas onde estão os culpados pela bomba do Riocentro, pelo escândalo da mandioca, pelo escândalo da Lutfalla, da Caixa Econômica, pelos gastos do Maluf com o dinheiro do povo? Onde estão os culpados pelo desemprego, pela fome, pelos desabrigados? Onde estão os culpados pelos roubos do INPS contra o povo?"

Tadao Yoshinada - Indaiatuba - SP

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT Nacional, Quinzenário. Reg. 055615/82. Redação e Administração: Rua Andréa Paulinetti, 558, CEP 04707 — São Paulo — SP — Brasil.

Editor Responsável: Plázeu Abramo (reg. prof. 5.436, mat. sind. 1085) Administração: Francisco Rodrigues Martins, Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh, Produção Gráfica: Elías Andreão, Cid Marcondes de Oliveira, Fotografia: Samuel Lavelberg, Bio Zenta.

Composição e Foto: Editora Letra Ltda. Rua Artur de Azevedo, 1977, tel. 212-5061 Imprensa — Ca. Editora Jorúes, rua Gastão da Cunha, 49, tel. 531-8900 — SP.

Inflação fora de controle

Cláudio M. Loetz

Há pouco mais de um ano, vários segmentos da sociedade discutiam, apaixonadamente, a necessidade ou não de um novo "pacto social". Agora, a Fiesp, intérprete das reivindicações do empresariado, coloca a necessidade de todos os setores empresariais se unirem contra o monstro chamado inflação.

Existem alguns pontos comuns às duas iniciativas. Em primeiro lugar, ambas as idéias surgiram de áreas nitidamente elitistas e conservadoras. Em seguida, é bom lembrar que o lançamento dos dois "pactos", das duas "cruzadas" apareceram em momentos dramáticos da história brasileira. Momentos de grande tensão, de crise generalizada, de recessão econômica profunda, de total incerteza quanto ao futuro.

Os números

Vejamos a conjuntura atual: a inflação do primeiro semestre, depois dos 8% de junho, chegou a 47,3%. A base monetária está próxima de 90% (dado atualizado em junho 81/junho 82), quando deveria se fixar nos 50%. A expansão dos meios de pagamento já passou dos 95%. As exportações dificilmente superarão a marca dos 24,5% bilhões de dólares contra a expectativa oficial, em janeiro, de 27,5 bi. O superávit comercial deverá ficar em torno de 1,5 bilhões de dólares graças à contenção das importações.

Mas não é só isso. Nossas reservas, até maio, diminuíram em 613,6 milhões de dólares, pois o ritmo de entrada dos dólares era, e é, insuficiente ao fechamento do balanço de pagamentos. Enquanto isso, a dívida interna já ultrapassou os 5,2 trilhões de cruzeiros.

Por que a urgência desse pacto antiinflação, agora?

Não se discutiu a inflação e a política econômica nos tempos do "milagre", quando todos ganharam rios de dinheiro, menos o trabalhador, que não podia ter voz. Naquele tempo, os lucros das indústrias, dos bancos, do comércio eram elevadíssimos; lucros, aliás, obtidos às custas do arrocho salarial, da superexploração do operário e do silêncio forçado dos que tentavam denunciar a situação.

Demagogia

O caráter oportunístico demagógico desse tal "pacto antiinflação" aparece, claramente, nas palavras do próprio presidente da Fiesp, Luís Vidigal:

"Todos os empresários consultados por mim, concordaram, desde o início, que, se não assumíssemos (os empresários) uma posição objetiva, os reflexos dessa crise inflacionária acabariam atingindo-nos diretamente..."

É a demonstração de que o industrial exige lucro a qualquer preço, e que uma política econômica recessiva ameaça o lucro exagerado de alguns gananciosos, que não querem abrir mão das vantagens.

O presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mário Garnero, afirma:

"É preciso, assim, encerrar a mobilização proposta sob um prisma positivo: ela não se orienta contra ninguém, a não ser contra a inflação, o que a torna, no mínimo, merecedora de respeito".

Esse pronunciamento é absurdo. Qualquer política econômica, privilegia alguns setores em detrimento de outros, e não atende a todos os interesses ao mesmo tempo. Além disso, o interesse público não é igual ao interesse de todos, e, nos últimos anos, o interesse público tem se confundido com o de minorias egoístas, corruptas e incompetentes.

Veladamente, Mario Garnero propõe mudança na lei salarial, especialmente para acabar com o reajuste semestral, uma das conquistas da classe trabalhadora.

Sim. Deve ser essa a sua intenção, já que ele não quer matar a política que favorece o setor exportador com subsídios fabulosamente inflacionários. E nem está disposto a lutar contra os abusos do Governo, especialmente das empresas estatais, cujos gastos o próprio ministro do Planejamento admite serem incontáveis.

Altos lucros dos bancos ajudam a baixar salários

Até empresário denuncia, mas o PT tem posições diferenciadas

Eduardo Matarazzo Suplicy

As despesas financeiras de muitas empresas hoje superam o montante de salários e encargos sociais e estão-se constituindo em proporção cada vez maior do faturamento das empresas. Em contrapartida, os lucros dos bancos têm aumentado extraordinariamente, em que pese o momento de crise e recessão por que tem passado a economia brasileira.

Taxas altíssimas

Numa carta dirigida ao presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente da Eletrometal Aços Finos S.A., José Dinis de Sousa, fez uma severa análise crítica da política econômica caracterizada por altíssimas taxas de juros internos que tem levado à "concentração da riqueza em mãos dos banqueiros, às custas do resto da Nação".

No início de julho, José Dinis de Sousa havia recebido das mãos do presidente João Batista Figueiredo o Prêmio de Tecnologia 1982 do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, pelos trabalhos desenvolvidos em sua empresa, que fornece tubos sem costura e outros aços especiais para a indústria bélica, numa proporção de 12% de seu faturamento.

Na ocasião, ele também deu ao presidente uma carta em que analisava o enriquecimento dos bancos em contrapartida ao estrangulamento das empresas, em prejuízo dos trabalhadores.

Segundo declarou à "Gazeta Mercantil", Dinis de Sousa resolveu enviar a carta pessoal a Lula porque julgava importante "uma manifestação da massa trabalhadora brasileira, da qual eu julgo que o Lula é um representante autêntico".

Omissão da Fiesp

Em sua carta, Dinis de Sousa diz que o papel social do empresário "foi degradado, passando de criador de riquezas e gerador de empregos para simples instrumento de

tomar dinheiro do assalariado, ao lhe pagar menos do que deveria, para entregá-lo aos banqueiros. Cada cruzeiro a mais que se paga aos banqueiros, para enriquecê-los mais ainda, é um cruzeiro a menos que podemos pagar aos assalariados".

Ele também critica severamente a omissão dos grandes empresários, dirigentes da Fiesp, que, por dependerem excessivamente do Governo e por temerem as represálias dos banqueiros, não se pronunciaram com veemência sobre o problema, que vem causando graves reflexos sociais.

O presidente da Eletrometal considera que estamos chegando a uma situação explosiva, havendo já diversos indícios, como "a total simpatia do povo pelos 'ladrões de bancos'. Não há qualquer revolta contra esses assaltos. Na realidade o povo considera 'os ladrões de bancos' como um bando de heróis, 'Robin Hoods', que estão roubando dos ricos (ladrões) para distribuir aos pobres (embora ladrões)".

Dinis de Sousa propõe como solução a mobilização de todos os setores atingidos e também mecanismos visando à baixa de juros internos: o tabelamento dos juros no mercado interno; a obrigação da tomada de certo valor de empréstimo externo, a custo mais elevado, para cada empréstimo, tomado em moeda nacional; e a eliminação efetiva da exigência de saldo médio por parte dos bancos. Só se pagariam juros sobre o dinheiro efetivamente tomado pela empresa, como ocorre em diversos países europeus.

Posição do PT

O PT, no seu conjunto, com a participação de seus economistas, tem procurado aprofundar a crítica do sistema econômico em que temos vivido. O extraordinário crescimento dos lucros dos bancos durante o ano de 1981, por exemplo, em meio à recessão e ao desemprego crescente, é um indicador das

distorções e injustiças que decorrem da presente organização econômica.

Na Convenção que homologou a sua candidatura a governador de São Paulo, Lula teve a oportunidade de se referir à atitude dos banqueiros.

Amador Aguiar, presidente do Bradesco (cujo lucro líquido passou de Cr\$ 6,3 bilhões, em 1980, para Cr\$ 36,2 bilhões, em 1981, um crescimento de 477%), declarou que os lucros dos bancos se deviam sobretudo ao seu trabalho árduo, e de que era preciso aos brasileiros trabalhar mais para combater a inflação. Diante dessa declaração, Lula disse que esse senhor precisava pegar numa enxada ou trabalhar num torno para saber em que medida estavam trabalhando os brasileiros. E, da mesma forma como o fez o empresário Dinis de Sousa, Lula considerou um roubo, resultado da política econômica do governo, o que estavam ganhando os proprietários de bancos no Brasil.

Debate amplo

A carta de José Dinis de Sousa tem o aspecto positivo de abrir mais amplamente o debate que o PT julga fundamental haver entre todos os setores da sociedade na crítica à natureza do sistema econômico e financeiro e na formulação de uma nova política econômica.

Contudo, Lula e o PT têm um ponto de vista diferente — contido em seu programa e em seus documentos de análise sobre a economia brasileira — em relação ao expresso pelo empresário. Mas as denúncias contidas naquela carta são elementos importantes para que a discussão em torno da forma de organização do sistema financeiro seja aprofundada. Julgamos importante que se faça uma enorme transformação, levando em conta principalmente o ponto de vista de todos os que trabalham não apenas no setor financeiro, mas em toda a sociedade.

Palanque

Estrela

A estrela de Paulo Maluf, ex-governador paulista, parece que está começando a cair. Dois advogados, Walter Amaral (candidato a deputado pelo PT) e João Cunha (deputado pelo PMDB), entraram com ação na Justiça para mostrar que Maluf é inelegível (o ex-governador é candidato a deputado federal pelo PDS), porque esteve envolvido no escândalo de corrupção do grupo econômico Lutfalla.

Mas não é só a oposição que ataca Maluf: o atual governador de São Paulo, apesar de ter sido indicado por ele, agora está começando a botar as manguinhas de fora, naturalmente interessado na própria carreira política. Já fez três coisas: puniu auxiliares que ainda mantinham o nome de Maluf em obras públicas, desativou parcialmente a Paulipetro, invenção do Maluf, e tentou botar para a frente o inquérito no Banespa, para apurar corrupções passadas, isto é, do tempo de Maluf.

Tecnologia

"Prevenção de greves" é o tema de um curso que está sendo oferecido a empresários de todo o Brasil por um "professor" norte-americano, Paul F. Shaw, da "International Management Advisors", de Nova York. No folheto de propaganda do curso, está escrito o seguinte: "Todos sabem que uma greve não é algo bom para ninguém. E boa parte das greves podem ser evitadas mesmo porque ela é normalmente uma consequência de problemas de relacionamento".

Claro, relacionamento entre o capital e o trabalho, mas isso o folheto não diz. Diz que, com o curso, os patrões podem atacar as causas "das greves antes que elas surjam".

Quer dizer: não basta a polícia, a Justiça de Trabalho e os pelegos para acabar com as greves; agora os patrões também querem a tecnologia norte-americana.

Federações

Por falar em pelegos: as Federações e Confederações de

Trabalhadores (órgãos que não são eleitos diretamente pelos trabalhadores e que, na sua imensa maioria, não têm qualquer representatividade real) estão começando a voltar à cena. Isso graças a um paciente trabalho de propaganda que tem lugar, principalmente, na grande imprensa das principais capitais brasileiras, onde eles são "pautados" (designados) para serem entrevistados, ora aqui, ora ali, ora um, ora outro, para falar ora sobre isso, ora sobre aquilo.

Na sua imensa maioria, os presidentes de Federações e Confederações são pelegos que estão há anos encastelados nas suas entidades, fazendo exclusivamente o que o Governo e os patrões querem que eles façam.

Roupa suja

O vereador Severino Nunes Araújo, presidente do Diretório Municipal do PMDB em Uraí, Paraná, denunciou que o senador José Richa e o deputado Álvaro Dias, candidatos peemedebistas a governador e senador, respectivamente, estão sendo apoiados por fazendeiros, poderosos grupos nacionais e até multinacionais, em troca de cargos e funções no futuro Governo, caso o PMDB vença no Paraná.

Artista...

Jânio Quadros já não sabe mais o que fazer para ficar em evidência na TV e nos jornais. Primeiro fez um manifesto atacando todo mundo, inclusive "seu" próprio partido, o PTB. Naturalmente, ele esperava que fosse uma bomba. Mas ninguém deu bola, porque ninguém mais acredita no Jânio.

Tudo mundo já estava se esquecendo do manifesto quando os hábeis e inteligentes assessores do Figueiredo aconselharam o general a responder ao manifesto do Jânio. Mesmo assim o cartaz do general e do ex-presidente durou pouco. Aí o Jânio bancou artista de TV e apareceu numa novela. Mas novela de TV, já se sabe como é: o capítulo de ontem não interessa; interessa é o de amanhã.

As datas do calendário eleitoral

O próximo dia 6 de agosto é o prazo final para o alistamento de eleitores para as eleições de 1982. Ou seja: as pessoas que ainda não têm seus títulos eleitorais precisam providenciar o documento até o dia 6 de agosto, para poder votar em 15 de novembro.

O mesmo prazo de 6 de agosto vale para o recebimento de pedidos de transferência e de alterações no título de eleitor.

Essa e outras disposições estão na Resolução 11.321 do Tribunal Superior Eleitoral; a resolução estabelece todo o calendário eleitoral até 15 de novembro.

O último dia para a realização das Convenções Regionais e Municipais dos Partidos para a escolha de candidatos aos cargos que serão disputados a 15 de novembro é 7 de agosto e 15 de agosto é o dia a partir do qual a Justiça Eleitoral deverá instalar telefones nas sedes dos Diretórios registrados. Para a instalação do telefone basta que o Diretório dirija um requerimento ao juiz eleitoral e pague as taxas devidas.

Também a partir de 15 de agosto, os Partidos podem fazer funcionar serviços de alto-falantes em suas sedes ou em veículos, das 14 às 22 horas, para a propaganda de seus candidatos.

O prazo para pedidos de registros de candidatos às eleições de 15 de novembro esgota-se no dia 17 de agosto. Também a partir deste dia, a Justiça Eleitoral passa a funcionar todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados. Ainda a partir de 17 de agosto, todos os atos de nomeação, contratação ou readaptação de funcionários públicos são considerados nulos.

Até 6 de setembro, todos os pedidos de registros de candidatos deverão estar julgados pela Justiça Eleitoral. No dia 7 de setembro, a Justiça Eleitoral divulgará o número de eleitores em cada zona. Serão fornecidas cópias das relações do último eleitor inscrito em cada zona aos Diretórios.

JOÃO BATISTA DE O FIGUEIREDO 05/82	
02 2 01 00140	ME0115625805
	CPF 0004943134
02 452 00007510950	0000066840
SOLDO BASE	610 224,802,00
4 TEMPO SERVICO	612 111,306,00
1 SERVICO AEREO	614 38,132,00
1 MARIL MILITAR	620 185,511,00
1 AD INATIVIDADE	624 282,174,00
2 1 ART 170 LRM	632 67,237,00
SAL FAMILIA MI	K31 600,00
366-CLUBE EX-MENS	281 1,000,00
PREVIMIL - (SEGS)	287 1,375,00
C O R R F A (SEGS)	283 187,00
C O R R F A (SEGS)	287 4,00
FUSEX	225 5,621,00 05 82
FUNDAÇÃO OSORIO	226 59,00
PENSAO MILITAR	295 14,991,00 05 82
IMPOSTO DE RENDA	297 72,063,00 05 82
D N B	298 1,764,58 05 82
709.815,00 97.053,56 012.759,42	
MAI - '82 NEFDTIS, A GRATIDAO DA PATRIA	

Quanto ganha o Figueiredo

Mais de novecentos mil cruzeiros por mês, é o que ganha o general João Batista de O. Figueiredo, conforme se vê na reprodução do seu recibo de pagamento. E isso é o que ele ganha apenas como general do Exército, sem contar o que ganha como presidente da República. Para que todos tenham uma idéia do que significa ganhar mais de novecentos mil cruzeiros por mês, basta reparar no Imposto de Renda que ele paga: mais de setenta e dois mil cruzeiros, isto é, quase cinco salários mínimos. Quer dizer: o trabalhador tem que sustentar asi e aos filhos, o mês inteiro, com o miserável salário mínimo de dezesseis mil cruzeiros, que foi fixado pelo Figueiredo. E o Figueiredo, num só de seus empregos, desconta só de imposto quase cinco vezes essa quantia. "Finsocial" é isso aí, gente!

Os números dos comícios

Lula e Hélio Bicudo estiveram à frente de uma caravana que alcançou enorme receptividade na região de Franca e Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, nos dias 23, 24 e 25 de julho.

Foram os maiores comícios realizados por qualquer partido político nesta campanha eleitoral nas cidades de Franca (cerca de 900 pessoas), Ituverava (400), Barretos (500), São Joaquim da Barra (1.200), Sertãozinho (600), Ribeirão Preto (1.400), Jaboticabal (1.200).

Em Jaboticabal não se via um

comício assim desde os tempos de Getúlio Vargas.

Não cobriu

Lula e a caravana deveriam também ir a Taubaté. Por um imprevisto acontecido na estrada, o carro se atrasou muito e ele não pôde comparecer na hora combinada.

O Comitê Eleitoral Unificado de São Paulo já tomou providências avisando o povo de Taubaté que Lula e a caravana estarão lá na próxima oportunidade em que a caravana passar na região.

Embora convidada a cobrir os eventos, a grande imprensa não registrou esses fatos.

Professores querem mudar universidade

Laurindo Leal Filho

Já está nas mãos do ministro da Educação, general Rubem Ludwig, a proposta das Associações de Docentes para a reestruturação da universidade brasileira. Ela foi entregue na mesma semana em que três professores eram demitidos arbitrariamente da Universidade Federal de Uberlândia. Esses dois fatos marcam a distância que existe entre um ensino superior autônomo e democrático, proposto pelos docentes ao ministro, e a realidade autoritária, regra quase geral no ensino superior do País.

Ensino pago

A reestruturação da universidade brasileira foi proposta ao final do ano passado pelo próprio ministro da Educação, no momento em que os professores das Universidades federais autárquicas realizavam uma greve nacional por melhores salários. Era a tentativa oficial de, a toque de caixa, implantar uma reforma na universidade que, no seu item principal, instituiu o ensino pago na rede pública de terceiro grau.

A proposta da Andes

A mobilização dos docentes desde aquela época, retardou em seis meses o prazo final para entrega de propostas ao MEC e agora, no início de julho, os professores, através de sua entidade nacional, a Andes, apresentaram o seu projeto de reestruturação.

O documento deixa claro, logo na apresentação, que "não se pretende apresentar um modelo acabado de universidade, a ser implantado por decreto, tecnocraticamente, mas sim traduzir os princípios básicos que, segundo as deliberações democráticas dos professores, devem ser seguidos, para ampliar o espaço para as transformações que vêm sendo empreendidas, e continuarão sendo, pelas associações de docentes".

Os professores também manifestam a expectativa de que nenhuma medida de reestruturação da universidade seja tomada pelo Governo, nem mesmo aproveitando os pontos propostos no documento, sem que seja "submetida ao mais

amplo debate com a comunidade universitária, nela incluídos estudantes, funcionários e professores, e sem que seja discutida e aprovada por votação no Congresso Nacional".

Na proposta dos professores é feita uma análise da situação atual da universidade, marcada pela "progressiva aceleração do processo de privatização e de empresariamento do ensino, a crescente desobrigação do Estado com financiamento das Universidades e a omissão do poder público na definição de uma política educacional que assegure efetivamente condições reais de ensino e pesquisa na produção acadêmica". É apresentado um dado significativo: em 1962, o ensino superior público atendia a 59,6% das matrículas oferecidas, número que caiu em 1977 para 27%.

A consequência desse fato é a deterioração do ensino, movido pelo lucro e totalmente insensível a qualquer projeto educacional mais sério. A proposta dos docentes, para enfrentar essa situação, é a criação de um padrão único para a universidade brasileira, "que elimine as distorções e o autoritarismo, e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadora e de acordo com as aspirações democráticas da sociedade brasileira".

Obrigação do Estado

Na síntese de suas propostas, os docentes reafirmam a obrigação que o Estado deve assumir para atender as demandas sociais de ensino público e gratuito em todos os níveis, lembram que os recursos fornecidos à Universidade devem ser determinados e geridos por órgãos colegiados democraticamente constituídos, defendem um regime jurídico único para a universidade pública, uma administração acadêmica baseada em estatutos e regimentos elaborados e aprovados em processos definidos no âmbito de cada universidade e uma carreira única para o magistério superior, que englobe, no contrato do professor, suas atividades de ensino e de pesquisa.

Radio Peão

Greve

Após 67 dias de greve, os trabalhadores da Usina Tamoi, na cidade de Araraquara (SP) conseguiram, através da Justiça do Trabalho, o pagamento de seus salários de fevereiro, março e abril, com correção monetária. Mas o pagamento de maio também não saiu e nova greve começou a 17 de junho e continua, por tempo indeterminado. Grande número de entidades está apoiando os trabalhadores parados, através da arrecadação de alimentos e venda de bônus, coordenadas pela Comissão Sindical Única de São Paulo.

Sem Terra

Foi criado em Campo Grande (MS), um Comitê de Apoio aos Sem Terra. Seu objetivo é proporcionar aos trabalhadores maior conscientização em torno do problema da terra, através da discussão da questão fundiária. Uma das primeiras atividades do órgão foi a promoção de um espetáculo musical em benefício dos acampados de Nova Ronda Alta, Rio Grande do Sul.

Transporte

Revoltados com os atrasos costumeiros dos ônibus da companhia Danúbio Azul, cerca de oitenta trabalhadores de Itaquaquecetuba (SP) sequestraram um dos carros e o levaram para a frente da Prefeitura Municipal, exigindo satisfações do prefeito. Apesar de não querer conversar com os operários, o prefeito acabou recebendo-os e prometeu tomar providências.

Desemprego

Continua caindo a oferta de emprego nas regiões metropolitanas. Revelados os números de maio, nota-se que o principal declínio está em São Paulo: naquele mês a oferta de emprego caiu 4,9%. O setor da construção civil foi o mais afetado. São os efeitos da política econômica de Delfim Neto...

Repressão

Os trabalhadores rurais de Itaguaitins, em Goiás, estão denunciando as tentativas de intimidação realizadas contra eles pela polícia local. Está sendo organizado o sindicato rural no povoado de São Miguel, naquele município. E os trabalhadores mais empenhados no processo tiveram suas casas vistoriadas pela polícia que, inclusive, prendeu um deles. A Comissão Pastoral da Terra está dando divulgação à denúncia.

Comissão

Os operários da Ford do Ipiranga, em São Paulo, rejeitaram proposta da empresa para formação de uma comissão de representantes de fábrica com apenas quatro elementos. Os trabalhadores querem uma comissão integrada por dez representantes, mais dois coordenadores. As negociações já duram dois meses e a empresa teima em não ceder. Os trabalhadores, por sua vez, também já demonstraram sua disposição de luta.

Intoxicação

Nas fábricas da Serrana S.A. de Mineração e Químicas, duas empresas associadas, em Jacupiranga, São Paulo, que se dedicam à fundição de enxofre, fabricação de cimento, ácido sulfúrico e fosfórico e adubo químico, os operários não recebem adicional de insalubridade. E nem recebem leite para evitar intoxicação causada por despenhar suas funções em locais altamente insalubres, como é o caso das poeiras provenientes da fábrica de cimento e da pedreira onde são extraídos os minérios de ferro. As doenças respiratórias se ampliam constantemente, como a tuberculose e câncer de pulmão.

Sindicalistas contra o cancelamento

Qualificado de "golpe na Pró-CUT", o adiamento do I Conclat provocou o protesto de várias lideranças

Numerosos sindicalistas e organismos sindicais vêm-se manifestando contra o adiamento para o próximo ano, do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat).

O adiamento

Na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, que se realizou no ano passado, na Praia Grande, foi eleita uma Comissão Nacional Pró-CUT (Central Única de Trabalhadores) para preparar o I Conclat e realizá-lo nos dias 27, 28 e 29 de agosto de 1982, com o objetivo de fundar a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No decorrer deste ano, todavia, foi-se firmando, entre vários membros da Comissão, a convicção de que não haveria condições, ainda este ano, de se fundar a CUT; apesar disso, a maioria continuava favorável à realização do I Conclat no final de agosto deste ano. E, nesse sentido, a Comissão reuniu-se em Brasília, no dia 5 de julho, e confirmou a data do I Conclat.

Mas, já nessa reunião, vários membros da Comissão tentaram adiar o Conclat. Foram derrotados, mas, surpreendentemente, em nova reunião da Comissão, realizada em Brasília no dia 17 de julho, conseguiram aprovar a decisão de não realizar o I Conclat em 1982. A esta segunda reunião compareceram 35 dos 56 integrantes originais da Comissão; 26 votaram pelo adiamento. Contrários, foram, entre outros, Jacó Bittar (petroleiros de Paulínia), Clara Ant (arquitectos/SP), Edson Campos (bancários/SP), Olívio Dutra (bancários/RS), José Siqueira (metalúrgicos/PE) e Tilden Santiago (jornalistas/MG).

As pressões mais fortes pelo adiamento partiram dos sindicalistas vinculados à corrente sindical conhecida por "Unidade" e do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), José Francisco; este apresentara à Comissão Pró-CUT, dias antes, extenso documento defendendo o adiamento do Conclat.

Protestos

As principais reações contrárias ao adiamento do I Conclat já se fizeram sentir, e, provavelmente,



O II Enclat do Rio Grande do Sul repudiou o adiamento do I Conclat.

tenderão a aumentar nos próximos dias.

A primeira foi a dos sindicalistas do Rio Grande do Sul, que realizavam seu Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (Enclat) quando receberam a notícia do adiamento, que foi qualificado de "manobra e golpe na Pró-CUT". (ver matéria ao lado).

A Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás, eleita no Enclat goiano de 20 de junho, no dia 20 de julho, emitiu vigorosa nota de repúdio ao adiamento.

O I Encontro Nacional dos Militantes Sindicais do Partido dos Trabalhadores, reunido nos dias 24 e 25 em São Paulo, também divulgou nota de repúdio ao adiamento e decidiu propor ao movimento sindical do País a realização, nos dias 14 e 15 de agosto, de uma reunião nacional das Comissões Inter-sindicais eleitas pelos Enclats estaduais, a fim de realizarem o I Con-

clat ainda este ano (ver matéria na página 6).

Indivualmente, vários sindicalistas também já se manifestaram contra o adiamento.

Os Enclats

Até esta data, realizaram Enclats II Estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Desses, os Enclats de Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro votaram pelo adiamento; os demais manifestaram-se pela manutenção do I Conclat em 1982, na data previamente aprovada pelo I Conclat, do ano passado.

O Estado de São Paulo inicia seu Enclat na data de encerramento desta edição (ver matéria ao lado). O Enclat de Minas Gerais está marcado para os dias 6 e 7 de agosto.

Também foram realizados vários Enclats regionais (de regiões dentro de um Estado), que também foram favoráveis ao I Conclat em 1982.

Gaúchos não aceitam a decisão

No Rio Grande do Sul, o II Enclat conta com mais de 600 delegados, representando entidades de classe da zona rural e urbana, nos dias 16, 17 e 18 de julho.

As avaliações dos grupos, levadas a plenário no domingo, quase não divergiram. De um modo geral, todos concordaram que o "calendário de lutas e as resoluções da I Conclat nunca foram encaminhados como deveriam, em bloco e a partir de um movimento unificado e nacional; as resoluções nem sequer foram remetidas às bases para discussão e isso devido ao imobilismo e omissão de muitas direções sindicais e da própria Comissão Nacional Pró-CUT, que se encontra dividida, o que emperra seu funcionamento".

Decisões

Realizar o I Conclat em agosto, construir a CUT em 83.

Goianos repudiam a manobra

São os seguintes os principais trechos da nota de protesto contra o adiamento do I Conclat, elaborada pela Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás:

"A Comissão Estadual Pró-CUT de Goiás, eleita no Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras em 20 de junho de 1982, resolve: manifestar a público seu repúdio a esta atitude antidemocrática de adiamento do Conclat, a qual foi tomada na última reunião da Comissão Nacional Pró-CUT de 17 de julho, reunião esta que não foi convocada para discutir esta questão e sim para tomar medidas práticas no sentido da realização do Congresso já anteriormente marcado (pelo Conclat 81), confirmado pelos Enclats-82 e pela própria Pró-CUT Nacional de 4 de julho; denunciar as atividades golpistas do presidente da Contag, sr. José Francisco da Silva, do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, sr. Arnaldo Gonçalves, e de

Essas foram as principais decisões tomadas pelos 600 delegados.

A realização do I Conclat na data prevista já havia sido decidida no sábado, dia 17, durante os debates em grupos, sendo reforçada pelo plenário no dia seguinte, mesmo após tomar conhecimento de que a Comissão Nacional Pró-CUT, reunida em Brasília, resolvera adiar, por tempo indeterminado, a realização do mais significativo encontro da classe trabalhadora. A proposta do II Enclat do Rio Grande do Sul, é no sentido de que as comissões Pró-CUT, aprovadas nos Enclats estaduais, encaminhem o I Conclat.

Lutas

O plano de lutas aprovado é bastante extenso e ocupou boa parte do domingo só na leitura e imediata aprovação. Foram poucos os pontos que provocaram grandes debates. O principal deles foi o que

recomenda aos trabalhadores que "votem contra o regime que nos oprime, votando em candidatos da oposição que estejam comprometidos com a luta dos trabalhadores". Havia a proposta de recomendar o voto aos candidatos comprometidos com as lutas populares, mas posta em votação, foi derrotada por ampla maioria.

Para encaminhar a luta e tornar possível a criação da CUT em 83, a Comissão Estadual Pró-CUT foi ampliada, com a participação de dois representantes de sindicatos rurais, um funcionário público, mais um representante de base e um de diretoria por Intersindical Regional existente.

Quatro depoimentos

Abaixo, o depoimento de quatro sindicalistas sobre o Conclat.

Os três primeiros — Armando Rollemberg, jornalista de Brasília, Edson Campos, bancário de São Paulo, Jorge Bittar, engenheiro do Rio — são membros da Comissão Pró-CUT e estiveram presentes na reunião que adiou o I Conclat. -

Armando e Jorge votaram pelo adiamento, e Edson recusou-se a votar, por ser contrário e por achar que a reunião não tinha competência para mudar a data. O quarto depoimento é de Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, favorável à realização do Conclat em agosto deste ano; ele não é membro da Pró-CUT.

Armando: "Fazer um Conclat sem os trabalhadores rurais ligados à Contag seria realizar um Congresso estreito. Isto não interessa ao conjunto do movimento sindical, muito menos ao PT. As condições objetivas do movimento deixam claro, na minha opinião, que o nível de organização nos Estados ainda é muito pequeno, haja vista que Estados importantes como São Paulo e Minas Gerais não realizaram ainda seus Enclats. O Congresso, por si só, não organizaria os trabalhadores. Neste momento, voltamo-nos para os Estados, para chegar ao próximo ano com um nível de mobilização que permita um Congresso mais vigoroso e representativo no próximo ano."

Edson: "Recusei-me a votar porque a Comissão Pró-CUT havia decidido, em sua reunião do dia 5 de julho, realizar o Congresso na data marcada. A reunião do dia 17 fora convocada unicamente para discutir encaminhamentos. Ocorre que a Contag tomou sua decisão impositiva, alegando as eleições de novembro. É preciso esclarecer que o movimento sindical não pode deixar o conjunto dos trabalhadores ao sabor da luta partidária, achando que se eleger a oposição em novembro terá seus problemas resolvidos. Defendo a realização do Conclat em agosto porque, entre outras coisas, o Governo não terá

nada a perder a partir de novembro, passando, portanto, a soltar pacotes e mais pacotes sobre os trabalhadores, jogando-lhes o peso da crise econômica, sem que a classe trabalhadora tenha-se articulado para enfrentar estes ataques. Além disso, a chantagem da Contag não teria o peso que lhe foi conferido, pois nem todos os trabalhadores rurais estão atrelados a essa entidade. Prova disto é que a Contag ficou de levar 350 rurais à 1ª Conclat em 81 e apareceram 969 que ela não sabe nem de onde saíram."

Jorge: "A CUT tem de ser o resultado de uma grande mobilização de trabalhadores, tem de ser o resultado da democratização da grande maioria das entidades sindicais que existe no País. A realidade dos trabalhadores, a conjuntura do País, hoje, são as mesmas do ano passado, e, portanto, não é preciso que os trabalhadores se reúnam mais uma vez para constatar os mesmos problemas e repetir o mesmo plano de lutas. O que precisaria era cumprir esse plano de lutas, ou reexaminá-lo naquilo que se mostrou inviável. É possível adiar para o ano que vem, talvez no primeiro semestre, a realização do Congresso das Classes Trabalhadoras, e fazer com que ele seja representativo, e aí, sim, formar o embrião da CUT."

Jair: "A 1ª Conferência das Classes Trabalhadoras, em 1981, foi uma reunião muito importante, que congregou milhares de trabalhadores da cidade e do campo, e na qual foram aprovadas muitas deliberações. Lamentavelmente, muitas dessas decisões tomadas ainda não foram cumpridas. Uma das decisões tomadas na 1ª Conclat foi a realização do Congresso das Classes Trabalhadoras neste ano de 1982, e, por isso, eu defendo essa realização. O que nós, trabalhadores de São Bernardo e Diadema defenderemos neste Conclat é uma reformulação da atual Comissão Pró-CUT. Queremos uma nova Comissão Pró-CUT que seja o contrário da atual, isto é, que não seja imobilista."

São Paulo faz o Enclat

Um dos principais pontos de discussão durante o II Enclat de São Paulo, marcado para os dias 30, 31 de julho e 1º de agosto, será a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) ainda este ano e a construção da Central Única dos Trabalhadores.

A expectativa é a de que a maioria dos mil delegados participantes do encontro ratifique a decisão tomada pela conferência do ano passado. Isso, independentemente do fato de o congresso já ter sido adiado para 1983 pela Comissão Pró-CUT, no último dia 17.

A decisão de se manter no tema do debate sobre o assunto prende-se não somente às deliberações adotadas pelos cinco mil delegados reunidos na Praia Grande, no ano passado, mas, sobretudo, ao resultado dos encontros estaduais já realizados até o momento.

Representativo

O Enclat será no Sindicato dos Químicos, à rua Tamandaré, 348,

devido ocupar também o Sindicato dos Condutores de Veículos, Sindicato dos Marceneiros e Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, caso seja necessário.

Além de insistir na questão do Conclat, o encontro terá outra característica básica: em relação ao de 1981, esse Enclat deverá ser muito mais representativo, a nível estadual, já que sua organização foi precedida de uma série de encontros regionais, como Campinas, Vale do Paraíba, ABC e Baixada Santista. Constará também com a participação de delegados de Guarulhos, Osasco, Taubaté, Ribeirão Preto, Sorocaba, Araraquara e de outras cidades do Interior, que no ano passado não enviaram representantes.

Quanto ao tema em si, além da questão nacional, do avanço da luta da classe trabalhadora, do movimento sindical e da questão internacional, as discussões serão centradas na formação da Comissão Estadual Pró-CUT.

Agenda dos Trabalhadores

JULHO

* II Encontro das Classes Trabalhadoras Paulistas (Enclat/SP) 30 a 1/8 São Paulo SP

AGOSTO

* II Encontro das Classes Trabalhadoras de Minas (Enclat/MG) 6 e 7 B. Horizonte MG

* Assembléia da Pastoral Regional do Nordeste para escolha de delegados ao Encontro Nacional dos Sem Terra 6 a 8 Olinda PE

* Eleições no Sindicato dos Trabalhadores em Couros 8 a 10 São Paulo SP

* Julgamento, pela justiça comum, de onze posseiros acusados de terem matado dois grileiros 9 Porto Nacional GO

* Data proposta por sindicalistas para reunião nacional de Intersindicais a fim de garantir a realização do Conclat 14 e 15 — —

* I Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo 20, 21, 23 São Paulo SP

* Eleições no Sindicato dos Químicos de São Paulo 24 a 27 São Paulo SP

* Data marcada pelo I Conclat para realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat) 27 a 29 São Paulo SP

* Eleições na Associação dos Conferentes de Carga e Descarga do Porto de Santos 27 Santos SP

SETEMBRO

* Eleições no Sindicato dos Petroquímicos do Rio 2 a 4 Duque de Caxias SP

* Data marcada para reunião da Comissão Pró-CUT, após o encerramento do mandato da Comissão, e não aceita por vários membros 12 Brasília DF

* Encontro Nacional dos Sem Terra, no Centro de Treinamento Arquidiocesano 22 a 26 Goiânia GO

* Encontro Nacional das entidades femininas "SOS" 25 e 26 São Paulo SP

* VII Congresso Nacional de Aposentados e Pensionistas 27 a 30 São Paulo SP

NOVEMBRO

* Eleições para governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador 15 Em todo o Brasil

O funcionalismo vai se reunir

Mas os professores desejam outra data

A unificação do funcionalismo e a sua organização é o tema central do 1.º Congresso dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, que será realizado nos dias 20, 21 e 22 de agosto em São Paulo.

Convocado pela Federação Paulista dos Servidores Públicos, o 1.º Congresso discutirá ainda um plano de lutas para o 2.º semestre e a participação do Funcionalismo no Conclat.

Depois de uma história recente de muitas lutas, a realização de duas greves gerais e três encontros estaduais, os funcionários públicos paulistas querem, a partir do 1.º Congresso, avançar suas formas de organização e garantir uma mobilização constante da categoria.

Professores

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) decidiu não participar do Congresso do funcionário.

Estado dificulta a entidade de classe

Apeoesp não pode descontar taxas em folha

Há três anos, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo vem tentando estrangular economicamente a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) através da suspensão dos descontos das mensalidades dos sócios diretamente na folha de pagamento.

Na última semana, a Apeoesp esteve novamente ameaçada de destruição, depois da retenção indevida de 12 milhões de cruzeiros pertencentes à entidade pela Secretaria, embora houvesse uma liminar garantindo a efetuação dos descontos até o julgamento final da questão.

Desrespeito à Justiça

A Secretaria da Fazenda não só descumpriu a ordem judicial como passou a devolver as contribuições recolhidas nos meses de maio e junho para os professores. A Apeoesp conseguiu nova liminar e, outra vez, a determinação não foi cumprida.

Sem ter condições de sustentar as atividades organizativas do professorado (como a emissão de cartas ao Conselho de Representantes,

caso permaneça a proposta de sua realização no mês de agosto.

"Somos a favor da realização do Congresso e esta é uma prática fundamental no sentido de promover a unificação de nossas lutas e organização", assinala o prof. Gumerindo Milhomem Neto, presidente da entidade. Mas a Apeoesp considera que um congresso do funcionalismo só poderá resultar nesses objetivos se puder contar com a participação efetiva dos funcionários". O presidente da Apeoesp diz que a proposta nasceu de uma assembléia da qual participaram 250 servidores. "Isso, logo após as assembleias da campanha salarial que contaram com milhares de participantes".

Gumerindo também destaca a falta de discussão anterior da proposta pelo professorado, que representa a metade do funcionalismo. "Isso talvez explique por que o Congresso foi marcado para data que impede a participação dos professores".

tantes, preparativos para o Congresso de Educação, II Mostra de Teatro e Congresso Anual da entidade), de manter suas 22 subseções, nem tampouco de pagar os salários de seus 63 funcionários, a Apeoesp lançou uma campanha em defesa da entidade.

Apoio dos Sindicatos

No lançamento da Campanha compareceram 30 representantes de sindicatos da Capital, Litoral e Interior e representantes das lideranças do PT e PMDB e de entidades estudantis e docentes.

Nova vitória

No mês de agosto, a Apeoesp espera que a situação se normalize, depois que o presidente do Tribunal de Justiça negou o pedido da Secretaria da Fazenda de cassação da liminar que garante à Apeoesp os descontos e o depósito do dinheiro em sua conta bancária.

Todavia, a campanha em defesa da Apeoesp continuará, pois, segundo o presidente da entidade, prof. Gumerindo Milhomem Neto, "nunca se sabe que artifícios o Governo pode lançar mão para desobedecer novamente à lei".

Tribuna Livre

"Frentes" e trabalhadores

Isaac Lewis

Membro do Partido dos Trabalhadores do Amazonas

A história tem-nos ensinado muitas coisas sobre união e frente política que não podemos desprezar.

Em Roma, por volta de 73-71 a.C. um gladiador chamado Espártaco liderou uma revolta de escravos contra os senhores que presidiam os destinos de Roma, do império romano e dos próprios escravos. É evidente que havia senhores mais liberais, assim como havia senhores menos liberais. Mas, quando os escravos resolveram sublevar-se contra a estrutura escravista de Roma, os senhores mais liberais e os menos liberais uniram-se para enviar as suas legiões, digo, as legiões romanas para combater e aniquilar o movimento liderado por Espártaco.

Também, na transição da sociedade feudal para a sociedade democrática, digo, capitalista, a burguesia, dona dos meios de produção e de capital, constituiu uma frente ampla e irrestrita com a plebe (trabalhadores e camponeses destituídos de capital e de meios de produção) para combater revolucionariamente a estrutura feudal que existia em benefício da nobreza feudal. Com o estabelecimento da sociedade democrática, digo, capitalista, a burguesia estruturou a sociedade em seu benefício, impondo a escravização e a exploração legal do proletariado urbano e do camponês sem terra através da força dos tribunais, da polícia, do exército e do governo burgueses.

Se no período de transição, a plebe tivesse se organizado e constituído um sindicato ou uma organização para lutar de igual para igual com a burguesia contra os feudais, isso teria sido, aos olhos dos revolucionários burgueses, uma tremenda heresia. Mas, infelizmente, a plebe, naquele momento, era ingênua e acreditava nos bons propósitos de seus aliados burgueses para o estabelecimento de uma sociedade democrática. O que aconteceu depois, todos nós, trabalhadores, temos sabido e sofrido ao longo da história.

No Brasil, antes de 1964, havia uma frente ampla que congregava a burguesia nacional e os trabalhadores rurais e urbanos contra a oligarquia latifundiária. À medida que a burguesia foi conquistando o poder político, ela se afastou de seus aliados de véspera e se aliou à oligarquia latifundiária e aos capitalistas internacionais para impor, aos trabalhadores urbanos e rurais, o Estado de exceção que passou a vigorar a partir de 1964. Todos nós, trabalhadores, sofremos na pele o arrocho salarial e o "milagre econômico" que nós não beneficiamos em nada.

Agora, os partidos de oposição confiável (PMDB, PTB, PDT), que congregam representantes daquela burguesia e daquela oligarquia e, do capital internacional, esperam contar com a participação de nós, trabalhadores, para formar uma frente ampla e irrestrita como se nós não tivéssemos capacidade de aprender a lição que a história e a nossa luta nos ensinaram.

População protesta contra o controle da natalidade

Prefeitura de São Paulo criou Secretaria para fazer "planejamento familiar"

Recentemente, a Prefeitura Municipal de São Paulo extinguiu a Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), substituindo-a pela Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (Fabes). O decreto que implantou a Fabes obedece a uma mudança de política do órgão.

A Cobes previa certo grau de participação popular em algumas decisões, tais como discutir o critério de seleção de candidatos, ou indicar candidatos da comunidade para concorrer aos cargos das creches. Procurava democratizar as informações, permitindo que elas fossem veiculadas entre a população e mantinha um respeito às características locais, através de uma administração descentralizada.

Controle de natalidade

A Fabes veio para prejudicar os princípios que norteavam a Cobes e, fundamentalmente, implantar o Projeto Pró-Família no município de São Paulo. Segundo Luísa Erondina, presidente da Associação Paulista de Assistentes Sociais, uma das entidades que vêm denunciando a criação da nova Secretaria — "o Pró-Família falseia a questão fundamental que é de baixos salários, falta de empregos, centrando o problema no que é efeito, dizendo que o número de filhos é o que gera pobreza, problemas de habitação, etc. A sua própria ideologia é uma forma de esconder os problemas dos trabalhadores e transferir as responsabilidades do Estado para a família do trabalhador".

"Não estamos contra o planejamento familiar — diz Luísa — mas não concordamos com a implantação de um programa de controle de natalidade indiscriminado, por um Governo que não é representativo, e sem ouvir a população".

Para protestar contra essa nova política da Prefeitura e a nova Secretaria, formou-se uma coordenação de movimentos populares interessados na questão. A coordenação inclui a Associação Profissional dos Assistentes Sociais, o Sindicato dos Médicos, a Pastoral de Saúde da Igreja, e conta com a participação dos partidos PT e PMDB.



As mães não querem a imposição oficial do controle da natalidade (Foto: Ezequiel Tiskosi).

Protesto

Essa coordenação organizou uma concentração no dia 12 passado, em frente à Secretaria da Família e do Bem-Estar Social, contando com cerca de 500 pessoas que exigiam a readmissão de funcionários exonerados de seus cargos por terem participado de um debate a respeito do assunto, anteriormente, e reivindicava que não se alterasse a política anterior.

Depois de alguns incidentes com o coronel José Ávila Rocha, secretário da Fabes — e responsável pela exoneração das supervisoras regionais da Freguesia do Ó e de Vila Maria Guilherme, além da transferência de uma funcionária, Aldaiza Esposatti, de Vila Maria Guilherme

para Santo Amaro — os manifestantes obtiveram alguns êxitos. Conseguiram fazer o coronel prometer rever as exonerações e voltar atrás quanto ao critério de seleção de creches e de monitores do Mobral.

As exonerações atingiram justamente servidoras que tinham sido eleitas pelas bases e a seleção de creches e de monitores do Mobral tinha deixado de ser feita pela Fundação Carlos Chagas e por técnicos da área, respectivamente, para passar para o Gabinete do secretário.

Organização

Hoje, ninguém garante ainda que as funcionárias sejam readmi-

tidas. A seleção das creches e dos monitores voltou a ser feita pelos técnicos da área. No entanto, a Cobes já está enterrada e a Fabes já é uma realidade irreversível, ainda que o cel. José Ávila Rocha diga que o Pró-Família dele não é o mesmo do Governo Federal.

"O que fica como saldo — analisa Luísa Erondina — é a articulação dos movimentos e entidades para intervir na política da Secretaria, através da Coordenação. Vamos continuar lutando para impedir o retrocesso de conquistas, como foram a expansão do número de creches no critério de seleção do pessoal de creches e impedir que sejam impostos de cima para baixo programas como o próprio Pró-Família."

Estudantes alteram os rumos da UNE

Reunião do Coneb em Minas significou crítica à política que vinha sendo seguida

Cerca de 600 entidades estudantis constituíram nos dias 16, 17 e 18 de julho passado, em Belo Horizonte, o Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE (Coneb). De uma extensa pauta que incluía desde as lutas estudantis à expulsão de Javier, eleições de 82 até a América Central e a Invasão do Líbano, foram extraídas no Coneb, apenas as bandeiras centrais para orientar a luta contra o ensino pago, sem que a discussão passasse do primeiro ponto.

Para usar a expressão que ficou corrente entre uma grande parcela dos estudantes presentes, foi o "Coneb da virada". A Diretoria da UNE perdeu sistematicamente suas propostas.

Aumento, não!

No caso das escolas pagas foi aprovada a luta por nenhum aumento nas mensalidades enquanto que a Diretoria da UNE propunha negociar o aumento com cada Reitoria, uma vez verificadas as condições regionais; e subsídios para as escolas pagas. Tratando-se das escolas públicas, a Diretoria da UNE também optava pela negociação com as reitorias das universidades sobre o aumento dos bandejões. No entanto, sob a argumentação de que "nenhum aumento é justo", a maioria dos estudantes presentes ao Coneb votou pelo combate aos aumentos dos restaurantes universitários.

Além disso, o Coneb aprovou a luta pela suplementação de verbas para as universidades e o arquivamento do Projeto de Fundações do MEC, que prevê a transformação das universidades públicas em fundações que teriam livre a coleta de recursos para seu funcionamento, inclusive no bolso dos estudantes.

Na opinião de Nivaldo H. Inerra, diretor do DCE USP e delegado ao Coneb de BH, "as propostas aprovadas, embora pareçam questões simples, dão uma revira-

volta na política da UNE, que vinha se marcando pela conciliação com os donos de escola, defendendo mais os seus lucros do que os interesses dos estudantes. A diretoria da UNE, prevendo a possibilidade de derrota de suas propostas, tentou de todas as formas inviabilizar o Coneb, chegando ao ponto de demorar 2 dias para credenciar as 630 entidades presentes, além de

levantar um empecilho de ordem burocrática, que era a não aceitação do pagamento da anuidade das entidades com notas promissórias. Isso gerou um ato público por parte de mais de 300 estudantes que exigiu e conseguiu o credenciamento de todas as entidades.

Se não bastasse isso, após o início dos trabalhos, que se deram

Mesmo em férias, várias manifestações estudantis

Apesar das férias, três Faculdades do Estado de São Paulo viveram no mês de julho crises que resultaram em greves de seus estudantes. A Faculdade de Medicina de Botucatu (da Unesp), após movimento de uma semana, conseguiu impedir que fosse implantado um projeto de atendimento particular em seu hospital-escola, ideia que gerou o protesto dos estudantes.

Na Escola Paulista de Medicina, o motivo da paralisação foi a decisão da Comissão Nacional de Resi-

dência Médica que remanejou as vagas dos residentes das escolas federais, reduzindo seu número de 25 a 50% no primeiro ano.

Finalmente em Santos, prosseguiu o impasse da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, onde os estudantes protestam contra medidas repressivas da mantenedora, a Sociedade Visconde São Leopoldo. Doze professores já foram demitidos e a Associação dos Docentes encontra-se em assembléia permanente para tentar contornar a crise.



A política da direção da UNE foi abalada pela última reunião do Coneb (Foto: Ricardo Malta/F4).

depois de uma abertura, onde todos os partidos puderam levar seu apoio, a diretoria da UNE, demonstrando a sua intenção de fazer da entidade um tapete eleitoral do PMDB, levou o senador Tancredo Neves e sua comitiva para falar no meio do ponto de lutas estudantis. Contra esse fato se levantou a maioria das entidades presentes (em sua maior parte representadas por militantes do PT), que impediu que se consumasse a manobra, não o deixando falar.

Porém todas as tentativas foram em vão. As votações, uma a uma, refletiam a vontade dos estudantes em derrotar a política da diretoria da UNE, inclusive no momento em que ela tentou fazer o plenário votar pelo reconhecimento das entidades do DEE do Rio Grande do Sul, construído pela ditadura, que não reconhecem a UEE RS como representante dos estudantes gaúchos.

Quase tão entusiasmado quanto Nivaldo que afirma ter sido este "o maior Coneb da História", Carlos Cavalcante do DCE da PUC SP considera que "esta foi uma reunião fundamental para o movimento estudantil brasileiro. A política de conciliação com o MEC, defendida pela atual diretoria da UNE, foi derrotada. No seu lugar, o ME brasileiro unificou suas lutas, derrotando o isolamento ao qual os estudantes foram conduzidos pela política irresponsável da UNE."

Se nesse momento, os representantes estudantis fazem a sua avaliação do Coneb e da derrota da diretoria da UNE, nos dias 25, 26 e 27 de setembro próximo quando será realizado o Congresso da UNE em São Paulo — data também retirada em Belo Horizonte — o conjunto dos estudantes terão a oportunidade, através de sua instância máxima, de se manifestar sobre a correção ou não das políticas votadas. E, quem sabe, avançar um pouco mais na pauta.



Nossa Vez

Bahia

O PT da Bahia conseguiu duas vitórias na semana que passou: a primeira foi a sua legalização, obtida com a realização, dia 25 de julho, da Convenção e da eleição do Diretório Regional; a segunda — mais espetacular — foi uma vitória contra a TV Globo (na Bahia, associada à TV Aratu). Pois não é que a TV Aratu havia, há tempos, anunciado um debate entre os candidatos ao Governo, mas só tinha convidado dois, o do PDS e o do PMDB?...

O PT da Bahia solicitou à TV que incluisse no debate o seu candidato a governador, Edival Passos, também presidente do Diretório Regional. A TV recusou. O PT apelou ao Tribunal Regional Eleitoral, que deu ganho de causa a Edival. Mesmo assim, a TV Aratu tentou desobedecer a ordem judicial, não ardeceu a presença do PT no debate e fez de tudo, até os últimos segundos antes do início do programa, para impedir que o representante dos trabalhadores falasse. Por fim, teve de aceitar a participação do candidato petista, que se saiu o melhor, na opinião dos companheiros baianos. O programa foi ao ar na quarta-feira, dia 28, às 23 horas, transmitido ao vivo para Bahia e Sergipe.

Nome do programa: "Sem Censura".

Repressão

Militantes do PT do Distrito Municipal de Paranoá, no Distrito Federal, faziam a venda do *Jornal dos Trabalhadores* na feira local, quando cinco policiais apreenderam seu material e detiveram três deles para prestação de esclarecimentos.

Para intimidar os petistas, os policiais afirmaram que os militantes estavam proibidos de realizar qualquer atividade pública de propaganda do PT na localidade.

A presidente do Diretório Municipal de Paranoá, Maria Laura Sales Pinheiro, comunicou a ocorrência à direção do jornal e do Partido.

Esquerda

Com data de 1º de julho, o secretário-geral nacional do PT, Jacó Bittar, enviou a circular nº 10 82 ao Diretório Nacional, aos Diretórios Regionais, aos Diretórios Municipais, às Comissões Municipais Provisórias e aos Núcleos de Base.

Acompanhada do documento intitulado "Novamente sobre as relações do PT com as demais correntes políticas de esquerda", a circular é a seguinte: "Pela segunda vez a Comissão Executiva Nacional chama a atenção do Partido para a discussão da relação entre o PT e as demais correntes políticas de esquerda. Sentimos que na primeira oportunidade houve muito pouco empenho. Os textos ficaram engavetados e a repercussão não passou de alguns comentários das próprias correntes. O documento agora publicado retoma a iniciativa pedida. É preciso discutí-lo em todas as instâncias partidárias, especialmente nos Núcleos de Base. Não só discutir o documento, mas fazer voltar à Executiva Nacional o resultado dessas discussões. Não tem sentido que a Comissão Nacional produza documentos para que sejam notícia durante um dia e apenas propaguem reações das correntes interessadas. É preciso muito mais."

Novo endereço

O Diretório Regional do PT em São Paulo tem novo endereço: rua Santo Amaro, 582, Bela Vista, Cep 01317, telefone 35-1462.

PT reúne-se e repudia adiamento do I Conclat

O I Encontro de Militantes Sindicais do PT traça diretrizes

Reafirmando os princípios de defesa da autonomia, liberdade e democracia sindicais, o Partido dos Trabalhadores realizou, nos últimos dias 24 e 25, em São Paulo, o I Encontro Nacional de Militantes Sindicais do PT.

Os debates reuniram 150 delegados, representando 25 categorias profissionais e 12 Estados brasileiros, e definiram os principais pontos da linha sindical de atuação dos militantes do PT.

Reunião Nacional

Uma das principais decisões do Encontro foi o repúdio à decisão da Comissão Nacional Pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores) de adiar para 1983 o 1º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, marcado para 27, 28 e 29 de agosto (ver matéria na página 4). Também se decidiu tentar a realização do Congresso ainda este ano e, para isso, os militantes sindicais do PT proporão aos demais sindicalistas uma reunião nacional dos Intersindicais eleitos pelos Enclats estaduais, nos dias 14 e 15 de agosto, a fim de definir data, local e temário do I Conclat.

Balanço

Ao comentar os resultados do Encontro, o secretário da Comissão Sindical Nacional do PT e presidente dos trabalhos, Olívio Dutra, vice-presidente do PT, afirmou que o Partido "demonstrou não estar somente preocupado com as eleições de novembro, mas, muito mais, com a mobilização dos trabalhadores, através da discussão de problemas do dia-a-dia do movimento sindical".

Ele lastimou o comparecimento reduzido de trabalhadores rurais e ligados diretamente à produção, observando, porém, a dificuldade que estes companheiros têm de locomover-se de um Estado para outro.

"Este é um Encontro legítimo e representativo, que fica, todavia, aquém da extensão e implantação do PT na classe trabalhadora" — acrescentou o vice-presidente nacional do Partido.

Quanto às resoluções aprovadas, Olívio Dutra frisou que "obteve-se a fusão de ricas experiências regionais, lançando-se princípios para a construção de uma política transformadora da estrutura social".

Liberdade e autonomia

Participaram do Encontro militantes do PT que são dirigentes sindicais, cassados ou não; os delegados de base escolhidos nos Encontros Regionais; além dos membros do Diretório Nacional, da Comissão Sindical Nacional e das Comissões Estaduais.

Relatório

Na abertura dos trabalhos, o secretário geral nacional, Jacó Bittar, apresentou relatório detalhado da decisão da Comissão Nacional Pró-CUT de adiar o I Conclat, historiando a decisão a partir da carta enviada, em meados do primeiro semestre deste ano, pelo Sindicato dos Eletricistas de São Paulo a outras entidades sindicais, propondo o adiamento.

Jacó Bittar enfatizou que o adiamento desrespeitou a posição adotada pela 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada há um ano na Praia Grande, como também desrespeitou a maioria dos Enclats regionais ou estaduais (dos 17 realizados, 14 decidiram manter a data do Congresso para o final de agosto deste ano).

Os membros da Comissão Pró-CUT presentes ao Encontro expuseram as razões de seus votos na reunião que decidiu o adiamento, realizada dia 17 de julho, em Brasília.

Participantes

O Encontro reuniu 65 petistas de São Paulo; 24 do Paraná; 19 de Brasília; 7 do Rio de Janeiro; 2 do Ceará; 10 do Rio Grande do Sul; 4 do Espírito Santo; 1 de Alagoas; 1 de Santa Catarina; 2 de Goiás; 9 de Minas Gerais, e 1 de Sergipe.



Sindicalistas do PT reunidos em São Paulo no I Encontro Nacional (Foto: Vera Lúcia)

"Manobra e desrespeito"

Esta é a íntegra do manifesto aprovado no Encontro:

"O 1º Encontro Nacional Sindical do PT, reunido em SP nos dias 24 e 25 de julho de 1982, com a presença de 150 delegados de 12 Estados, reafirmou seu compromisso com os princípios fundamentais que estão na própria origem do Partido. Ou seja, orientar a atuação dos militantes e de suas lutas em defesa da autonomia, da liberdade e da democracia sindicais.

"Guiar-se por essas diretrizes significa assegurar a autonomia das entidades e sindicatos em relação ao Estado, aos patrões, às instituições religiosas e aos grupos e partidos políticos — inclusive ao próprio PT, que nasce do movimento sindical, mas não pretende atrelá-lo nem se proclama, ao contrário de outros partidos, o único representante dos trabalhadores. Mas o PT considera legítimo levar suas propostas, como vem fazendo, para o conjunto do movimento sindical, submetendo-se à democracia das assembleias e lutando pela unidade de ação entre os trabalhadores.

"Lutar por esses princípios significa também, para os sindicalistas do PT, construir a democracia sindical pela base, o que implica quebrar a estrutura sindical corporativa e desatrelar os sindicatos do Ministério do Trabalho.

"Para construir um movimento sindical livre, autônomo, democrático, unitário (sem pluralismo ou paralelismos), que seja capaz de contribuir na emancipação dos trabalhadores, é decisivo, hoje, prosseguir na luta pela criação de uma Central Única dos Trabalhadores, sobre cuja fundação deveria deliberar o primeiro Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, conforme decidiram em agosto de 1981 os mais de 5.000 delegados presentes à histórica Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, na Praia Grande.

"Golpeado por correntes sindicais e grupos políticos que tentam conter as reivindicações dos trabalhadores nos marcos institucionais do regime militar, o primeiro Conclat teve sua realização

adiada por decisão exclusiva da maioria dos membros da Comissão Pró-CUT. Embora se pretenda justificá-lo pelos pretextos do ano eleitoral — que dividiria os trabalhadores — pela fraqueza do movimento sindical, que não estaria pronto para construir a CUT, e pela suposta ausência dos trabalhadores rurais, o adiamento foi condenado pela esmagadora maioria dos sindicalistas do PT. Ao fazê-lo, eles traduzem as manifestações de amplas parcelas de trabalhadores.

"A manobra do adiamento não só significou um desrespeito às decisões dos delegados da primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora e uma violação de decisão que dias antes a própria Comissão Pró-CUT tomara em favor de sua realização, como passou por cima das resoluções de quase todos os Enclats que se pronunciaram pela realização do Conclat este ano, inclusive elegendo delegados para o Conclat de 27, 28 e 29 de agosto. Mais que isso, ao impor o adiamento, a maioria da Comissão Pró-CUT exorbitou de seu mandato, que era unicamente o de encaminhar o plano de lutas e realizar o Conclat na data estabelecida. Em consequência, cortou um processo de organização em andamento, ameaça a unidade do movimento sindical e prorrogou por conta própria o seu mandato, que termina em 27 de agosto. Finalmente, ao convocar para os dias 11 e 12 de setembro uma reunião destinada a definir a nova data do Conclat, a maioria da Comissão Pró-CUT realiza uma dupla manobra: converte-se em direção bônica dos trabalhadores e tenta forjar uma direção apoiada na própria estrutura sindical vigente".

"Os sindicalistas do PT repudiam o cancelamento do Conclat e denunciam a ilegitimidade da reunião marcada para setembro. Ao mesmo tempo, reiteram sua disposição de realizar o Conclat esse ano, como já o fizeram diversos Enclats. E conclamam todos os trabalhadores e sindicalistas a lutar por este objetivo".

Reunião ampla nacional

Além de aprovar o "Manifesto", os 150 delegados do I Encontro Nacional de Militantes Sindicais do PT decidiram o seguinte:

Repudiar a decisão da Comissão Pró-CUT, de adiar o I Conclat. Lutar pela realização do I Conclat ainda este ano.

Conclamar o movimento sindical a realizar reunião nacional de intersindicais nos dias 14 e 15 de agosto para garantir a realização do I Conclat.

Considerar ilegítima a reunião convocada pela Comissão Pró-CUT para os dias 11 e 12 de setembro, para discutir com Federações e Confederações o Conclat, propondo que o movimento sindical se pronuncie sobre esta reunião.

Iniciar, a partir do Encontro, a discussão de uma linha sindical do Partido.

Estimular e regulamentar os Núcleos por Categoria e por local de trabalho.

Realizar encontros sindicais periódicos nas instâncias municipal, estadual e nacional, e encontros extraordinários antes de eventos importantes do movimento sindical.

Defender, como princípios, a unidade dos trabalhadores construída a partir da luta contra o atrelamento dos sindicatos ao

Ministério do Trabalho e contra o imposto sindical e defender a articulação e independência dos movimentos sindicais e populares.

Estimular a criação de secretarias sindicais municipais e estaduais.

O Encontro decidiu ainda que nenhuma chapa deve concorrer a eleições sindicais em nome do PT e que os militantes do Partido em uma mesma categoria que participam de eleições devem concorrer numa única e mesma chapa. Além disso, o Encontro defendeu a eleição de delegados sindicais por locais de trabalho, em processos eleitorais coordenados pelos sindicatos.

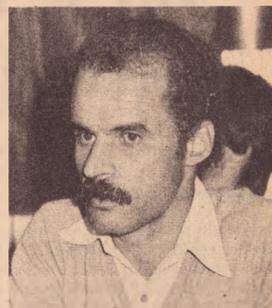
O Encontro dirigiu ainda as seguintes recomendações ao Partido: discussão mais aprofundada da questão do sindicalismo rural; estabelecimento de critérios mais democráticos de participação nos encontros do PT; oportunidade para melhor discussão das questões do funcionalismo público; discussão mais aprofundada da questão da autonomia sindical e de como conquistá-la; discussão do significado da "CUT pela base" e que a discussão seja feita dentro e fora do PT; o maior espaço, no *Jornal dos Trabalhadores*, para a divulgação das posições do PT sobre questões sindicais.

Fala, Companheiro!

"Rumo ao poder político"

Trecho do discurso de Djalma Bom, metalúrgico desempregado, presidente do Diretório Regional do PT em São Paulo, na abertura da Convenção paulista:

"Não faremos as campanhas milionárias dos que se valem da corrupção e se utilizam da máquina do Estado em benefício próprio. Não faremos as campanhas esbanjadoras dos que se dizem de oposição, e, entretanto, já avisam os donos do poder de que não precisam se preocupar com suas eventuais vitórias, pois haverão de comportar-se. Demagogia e oportunismo não estarão presentes na campanha eleitoral do PT. Entre nós não há lugar para promessas ilusórias e nem para acordos que falsifiquem,



por cima, a unidade que não existe nas bases.

"Faremos a campanha dos trabalhadores em direção ao poder político. A nossa principal candidata é a classe trabalhadora da cidade e do campo."

Mais de dez mil na Convenção de S. Paulo

Homologada a chapa do Encontro

Foi uma grande festa, uma Convenção Regional diferente, sem disputa de faixas e cartazes dos diversos candidatos. O destaque era o próprio PT e, principalmente, mais de dez mil trabalhadores que estiveram no Local.

Assim foi oficializada a candidatura de Lula ao Governo do Estado de São Paulo. "Não nos interessa, como trabalhadores, apenas mudar mais uma vez, na história, o nome dos governantes. Queremos chegar ao governo para mudar a natureza do poder de nossa sociedade."

Lula fez um discurso na parte interna da Assembleia Legislativa de São Paulo, por volta das 14 horas do domingo, dia 18, quando já se havia obtido o quórum mínimo que legitimava a chapa única apresentada ao plenário, definida anteriormente através de pré-convenções. Hélio Bicudo, candidato a vice-governador; Jacó Bittar, a senador; Lélia Abramo, como primeira suplente ao Senado e Devanir Ribeiro, como segundo suplente ao Senado.

A votação iniciou-se às 11 horas, após o Diretório Regional do Partido ter-se reunido extraordinariamente para definir o lançamento de mais alguns nomes de candidatos a deputados federais e estaduais.

A abertura da Convenção foi feita pelo presidente do PT em São Paulo, Djalma de Souza Bom

A filósofa e professora Marilena Chauí, que era o nome indicado para a segunda suplência de senador, mas que não pôde ser candidata devido a problemas familiares, fez questão de explicar porque considera o PT o único partido novo.

"É a primeira organização autônoma — disse — e a primeira expressão política autônoma dos trabalhadores e dos movimentos sociais, que são os novos sujeitos históricos no Brasil. Sujeitos que não pretendem ocupar espaços e reivindicar direitos, mas sim criar espaços políticos novos e criar novos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais."

O ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Devanir Ribeiro, lembrou que "foi justamente participando da vida sindical que nós descobrimos que tudo se discute e se resolve politicamente e, por isso, decidimos juntos organizar o PT".

A atriz Lélia Abramo, por sua vez, destacou a importância de

O Maranhão escolhe os candidatos majoritários

Oswaldo de Alencar Rocha para governador

SÃO LUÍS — Em Convenção Regional realizada pelo Partido dos Trabalhadores no dia 14 de julho, em São Luís, Estado do Maranhão, foram escolhidos para concorrer às eleições de 15 de novembro, ao cargo de governador, Oswaldo de Alencar Rocha, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e para vice-governador, Sebastião Alves de Brito. Escolheram-se, também, deputados federais e estaduais.

Em debates promovidos pelo Diretório Municipal local, com a participação de diversos militantes dos Núcleos de Base, foram concluídas algumas propostas, com o objetivo de definir a Carta Eleitoral que deverá encabeçar a campanha do PT em São Luís.

Palafitas

Dentre as propostas levantadas, destacam-se: "A extinção de palafitas (casas construídas sobre a água), que abrigam aproximadamente 150 mil trabalhadores; saneamento básico para os bairros da periferia; desapropriação de terras em benefício da população local, sem indenização aos grandes proprietários; e, ampliação do transporte urbano, a fim de proporcionar mais segurança, pontualidade e conforto."

Fortalecendo as propostas reivindicatórias, os grupos de debates propõem "a isenção das taxas de água e luz e a adequação dos preços das tarifas de ônibus compatíveis ao baixo poder aquisitivo, do trabalhador".

A poesia das piabas e dos tubarões

Os versos que os leitores e colaboradores do jornal enviam procuram mostrar os problemas, as angústias e as lutas dos trabalhadores.

Lúcia Araujo

"Companheiro, se tiver uma vaga, pode colocar esses versos no nosso jornal... quem inventou foi um companheiro." Inúmeras solicitações como esta chegam mensalmente ao **Jornal dos Trabalhadores**, e, infelizmente, o número de pedidos é muito maior do que o espaço disponível para publicação.

Entretanto, a produção poética enviada deixa claro que para os trabalhadores, "muitas vezes um poema vale mais do que um discurso", como afirmou numa carta o companheiro Estanislaw, de Belo Horizonte, MG.

Dessa forma, folheando os cordéis, quadras, poemas e outros escritos, pode-se refletir sobre aquilo que passa na imaginação dos trabalhadores e como isso é traduzido em palavras. Ou como a experiência do cotidiano no campo, na fábrica, no escritório, nas relações com as pessoas pode ser transformada em poesia.

O trabalho em verso

Grande parte dos poemas analisados escolhem como tema as dificuldades da vida do trabalhador:

"Manhã. As ruas despertam. Legiões de homens marcham. / A marcha é apressada; / a vida, difícil. / Tarde. Cansada, sem alegria, / a triste multidão retorna. / Noite. Enquanto os sonhos voam, / as horas morrem sobre as horas. Manhã. Tarde. Noite. / Incessante, a marcha continua" ("Dia a Dia, de Sebastião Silvério da Silva).

Este poema de Sebastião faz parte da revista literária, chamada "Veredas", da qual extraímos outros exemplos da mesma natureza, como este trecho da crônica "Chuva", de Donizetti Benedito Falleiros: "Chora ainda e muito e sempre. E seu choro subido ao céu tornou-se nuvem, que chove e molha o jardim da creche onde mora."

Também este poema, sem identificação do autor, tenta denunciar a exploração, através da natureza: "... Uma paisagem cada vez mais íngreme. E um horror, / cada vez mais monstruoso, / e que, ao se erigir. / Leva consigo / O fruto de sua própria usurpação."

"Nosso julgamento", de Alexandre Santiago, segue o mesmo caminho: "... Se a um homem lhe basta ver o céu estrelado / Enquanto seus irmãos apodrecem nos cárceres / Nas masmorras do imperialismo e da opressão / Este homem não deveria estar entre homens / E sim só."

Nem só trabalho

Esses pequenos trechos dos poemas mostram a extrema preocupação com a vida castigada de problemas que o trabalhador leva. Mas serão só problemas, tristezas, imagens cinzentas, a vida do trabalhador?

Será que as estruturas de exploração econômica roubam do trabalhador o seu sorriso, a sua fantasia? Obviamente não. A arte popular, inventada no dia a dia daquele que não pode pagar a recreação está aí nos brinquedos das crianças, nas danças, nos "causos", nas canções. Está aí para quem quiser fugir àquela imagem do operário padrão, maquinizado, triste, para observar e conviver com o uso que ele faz de sua imaginação.

Ensinar e aprender

Percebe-se que grande parte dos poemas pretende ensinar aos trabalhadores fatos históricos que marcaram a opressão dos poderosos sobre o povo. Como este, de Moduan Matus: "Há setecentos e cinquenta anos atrás, / desde a Idade Média / Os camponeses produziam e o clero e a nobreza consumiam, / pois as terras e o poder / lhes pertenciam."

É uma iniciativa respeitável socializar a informação que alguns poucos recebem na escola. Mas será que o simples relato dessa história é o suficiente? Ou seja, cabe ao poeta dar um tratamento especial ao conteúdo e se esquecer da forma?

Reduzir a arte às idéias que o autor quer transmitir pode acabar diminuindo o próprio poder de atração que essa arte pode ter. O saber popular ensina que a informação é mais facilmente compreendida se colocada junto com ingredientes do cotidiano do leitor, expressões que ele utilize, humor. O sucesso do cordel é prova disso.

Denúncia da exploração

Para o trabalhador, a exploração que ele sofre, a sua exclusão do sistema é fato bem conhecido. Ninguém precisa lhe relatar nem ensinar. Muitos poetas e autores de versos tocam nestes pontos sem limitar-se a eles. E ainda servem-se deles para provocar a reflexão.

Vejam os poemas de Daniel Carvalho, sindicalista de Rondolândia RO: "A união pode começar / através do sindicato / Prá exigir nossos direitos / e deixar de pagar o pato / Procurar ser mais gente / e escapar das mãos dos gatos."

Ou ainda no cordel "O Encontro da Piaba com o Tubarão" de Paulo Rubem Santiago Ferreira, de Recife: "... Foi então que Piabinha / Cheio de ouvir besteira / Aprumou um verso firme / Pra acabar com a brincadeira / Levantou-se enchendo o peito / Disparou a baladeira / Seu dotô escute aqui / Preste bem sua atenção / O cabresto de outros tempo / Hoje não existe não / O curral eleitoral / Ta caído pelo chão."

A imagem despertada por palavras como "tubarão", "piabinha", "gatos" funcionam com maior efeito para qualificar opressores e



A poesia popular manifesta-se de várias formas, mas seu conteúdo procura descrever a vida e os problemas dos trabalhadores.

trabalhadores do que os próprios nomes, pois têm a força do deboche.

Poetando o PT

Demonstrando, com graça, as manobras dos ministros ("Mas o governo percebe / que é grave a situação / e faz a sua proposta / para esfriar a tensão: / manda o Murilo Macedo / propor a tal "Co-Gestão" / Cuidado Trabalhador, / essa história tem arcaia... / é que o governo percebe / que a coisa vai ficar feia; / não dê ouvidos ao ministro: / isso é canto de sercia. Versos de João José Piripiri, alguns poemas apontam a saída

para cada trabalhador: "Quem tem que entrar na política / é você meu companheiro / porque de calo na mão / no bolso sem ter dinheiro / no bucho, sem ter feijão / se governar a nação / talvez se desmanche o balseiro", de Crispiniano Neto.

O potencial revolucionário de cada trabalhador é ressaltado, sem a necessidade de recursos demagógicos ou propagandísticos. Continua Crispiniano: "Pedreiro em suor e calos / faz a construção civil / nivela, esquadreja, apruma / sobre um tijolo ergue mil, / reflita na luta sua / vá pra política e construa / nosso edifício Brasil."

Crispiniano vai mais além, indicando o instrumento para construir esta Nação: "A nação nova que eu falo / prá qual convido você / é um Brasil onde o povo / come bem, trabalha e lê... / Brasil de luta e de flores / fruto dos trabalhadores / que estão plantando o PT."

Na arte, como em outros setores, os trabalhadores sonham participar da produção e do controle. Criatividade e imaginação todos têm e a divisão entre poeta e trabalhador não pode existir. Por isso, quanto mais o poeta se aproxima da linguagem do trabalhador, mais as funções se misturam.

Tirando o sarro

O homem dos pacotinhos...

Desiludido com o pacote da Previdência, que reduziu ainda mais seu salário de aposentado, Epaminondas ficou imaginando uma forma de protestar. Aposentado por invalidez, não podia trabalhar, nem que quisesse. Então, sobrava-lhe tempo para pensar. Pensou, pensou, e achou.

Achou uma velha caixa de papelão, dessas de botar sapato novo. Escreveu um bilheteinho curto e grosso: "Excelência, ofereço-lhe este pacote, em gratidão pelo tanto que o Governo tem feito por mim. Assinado: um aposentado".

Pegou os últimos trocados embaixo do colchão, apanhou a

caixa embrulhada em papel de padeiro e endereçada ao Palácio do Planalto, 4º andar, Brasília. E foi todo feliz até a agência do correio despachar sua mensagem.

Como demorasse a vir a resposta, Epaminondas resolveu insistir. Mas como a grana estava quase no fim, achou melhor enviar sua nova mensagem em uma caixa de fósforos. E escreveu outra frase curta grossa: "A Vossa Excelência, que muito fez pelos aposentados, eis um pacotinho. Assinado: Um deles."

Como também desta vez não veio resposta, Epaminondas procurou os aposentados do bairro e transmitiu-lhes a idéia da mensagem via pacotinho. Foi aplaudi-

dissimo. Melhor do que isso, todos o imitaram.

Não demorou para a agência do correio ficar congestionada por filas de aposentados com um ou mais pacotinhos à mão. Mas logo veio a ordem de Brasília: a agência não aceitaria mais encomendas via pacotinho.

Não faz mal, raciocinou depressa Epaminondas. Vamos em outro bairro. "Somos aposentados, damos uma caminhada matinal até lá". E foram todos. De agência em agência, todas vetaram o envio de pacotinhos.

Não faz mal, raciocinou mais depressa ainda Epaminondas. É só amassar a caixa de fósforos e botar na caixa do correio da

esquina. Não precisa nem selar. Então, foi a vez de as caixas do correio ficarem entupidas de pacotinhos, em todas as esquinas da cidade.

Epaminondas, o gênio dos pacotinhos, não sossegou. Queria algo de mais impacto. E decidiu, então, que os pacotinhos seriam colocados no balcão das agências do INPS em todo o País.

Enquanto aguarda o congestionamento total das agências do INPS, por força dos pacotinhos, Epaminondas passa o tempo sorrindo, o que não fazia há anos.

"O meu pacotinho ainda vai derrotar o governo" — diz ele, ao encontrar amigos aposentados. (J. Maria)



Uma cena de "A Batalha de Argel", de G. Pontecorvo.

A luta do povo, na "Batalha de Argel"

Luiz Egypto

Está em cartaz, em São Paulo e no Rio, o filme de Gillo Pontecorvo, "A Batalha de Argel", que durante quinze anos mofou nas gavetas da censura brasileira. Mas o tempo não estragou a obra que recebeu o primeiro prêmio do Festival de Cinema de Veneza de 1966.

Libertação argelina

O filme conta a história da articulação e das ações da Frente Nacional de Libertação Argelina contra os colonialistas franceses, que há 130 anos dominavam aquele país do norte da África. O tema do filme é a clandestinidade e a resistência de uma população oprimida e praticamente sitiada no bairro de Casbah, nos altos de Argel.

No início da década de 50 começaram as primeiras ações armadas da FLN contra os franceses. O objetivo era o de desencadear uma revolução popular que desembocaria na conquista da independência. O filme mostra isso num estilo quase documental, com todas as locações na própria cidade de Argel, no próprio bairro sitiado, expondo todo o terror da repressão francesa contra o movimento de independência.

Não existe doutrinário na película. Ainda bem... Por isso e pela profunda verdade que ela deixa transparecer em suas seqüências, o filme de Pontecorvo (o mesmo que realizou **Queimada**, já exibido no Brasil) resistiu aos anos em que ficou esperando sua liberação pela censura.

As verdadeiras dificuldades

É extremamente atual o único momento que se poderia chamar de um "recado" político: é quando, durante a realização de uma greve geral convocada pela FLN, um membro da direção da Frente é transferido para um abrigo mais seguro e comenta os acontecimentos com o militante armado que o protegia.

Num terraço de uma casa de Casbah, o dirigente diz que as maiores dificuldades não estavam na preparação da greve, mas viriam depois de seu sucesso. E que, ainda assim, as dificuldades seriam mais dramáticas no momento de se passar do terrorismo político à revolução. Entretanto, era preciso ter claro que as verdadeiras dificuldades só começariam mesmo depois da vitória da revolução...



Quais são os nomes?

Comece do número cinco, onde está assinalada uma estrela e vá fazendo as contas que estiverem indicadas nos quadrinhos, até chegar no sinal de igual. Você vai descobrir um número, que por sinal, corresponde ao número de letras do nome de um grande jogador e de um candidato a governador.

Grid of numbers and symbols for a word search puzzle.

Assine o Jornal dos Trabalhadores. Cr\$ 1.000,00 por 24 números. Cr\$ 500,00 por 12 números. Includes a form for subscription details.

Jogadores da Copa. Resposta do Número Anterior. A word search puzzle with a grid of letters and numbers.



Trabalhadores levam mantimentos às famílias do Jardim Boa Vista. (Foto: Julimar de Brit.)

A luta para poder morar

Trabalhadores, expulsos de suas terras ou de suas casas, invadem e ocupam lotes

“Somos das favelas, dos cortiços e de casas de aluguel, ora empurrados pelo alto custo de vida e desemprego, ora pela falta de condições de saúde e segurança. Quando nos decidimos pela ocupação do conjunto, sabíamos que somente assim teríamos um teto decente. Hoje nós já o temos e queremos mantê-lo.”

Esses foram os motivos apresentados, em carta enviada ao presidente da República, general João Batista Figueiredo, pelas 2.314 pessoas que, na madrugada de 16 de julho, invadiram 315 casas do conjunto residencial Centreville, em Santo André, na região do ABC.

Financiado por cerca de três bilhões de cruzeiros (em valores atuais) pela Caixa Econômica Estadual, o conjunto, composto a todo por 509 casas, encontrava-se abandonado desde 1977, apenas um ano depois de o projeto ter sido lançado com muito estardalhaço e rios de dinheiro em publicidade em jornais, revistas, rádios e televisão.

As casas invadidas estavam em fase de semi-acabamento, o que levou os novos moradores a arrombarem um sobrado que funcionava como depósito, retirando dali pias, tanques, porta-papéis e diversos outros materiais. A partir daí, criou-se um clima de tensão, já que a Caixa Econômica decidiu informar, no mesmo dia, que havia conseguido a expedição de mandado de despejo junto ao 1º Tribunal de Alçada Civil, anunciando,

Ocupação em Goiânia

Os sindicatos de trabalhadores rurais de Goiás manifestaram sua solidariedade às cinco mil famílias que invadiram e ocuparam os lotes do Jardim Boa Vista, em Goiânia. Eles foram levar alimentos para

seus companheiros trabalhadores.

A invasão dos lotes ocorreu no dia 9 de junho. Mas a Polícia Militar cercou o local e houve conflitos, durante os quais morreu o fotógrafo Joel Marcelino.

ainda, que a medida deveria ser executada no prazo de três dias.

A notícia, porém, foi desmentida pelo próprio tribunal no dia seguinte, fazendo com que os moradores continuassem a transportar, em clima de tranquilidade, o restante das mudanças que não puderam chegar ao conjunto no dia da invasão.

Em nova investida, enquanto uma comissão de moradores encontrava-se com o governador José Maria Marin, que prometia providências para que houvesse negociações, a Caixa Econômica conseguiu, no dia 26, que o mandado de despejo fosse expedido pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Estadual. O documento só foi encaminhado ao Fórum de Santo André três dias depois, quando um dos juizes locais se encarregaria de sortear os oficiais de justiça que fariam as notificações.

Mesmo assim, cada família teria 10 dias de prazo para deixar o imóvel, a contar do dia em que recebesse a notificação. Paralela-

mente, o advogado Marcos Rogério, da Federação de Sociedades de Amigos de Bairros de Santo André, preparava-se para entrar com diversas ações de embargo, com o objetivo de retardar a possível remoção das famílias.

Antes tomado pelo mato e com as casas caindo aos pedaços, o Centreville hoje parece um outro conjunto. As casas estão sendo pintadas e o mato foi inteiramente carpido. Os moradores improvisaram até mesmo um pequeno altar, com uma cruz feita por dois troncos de madeira, onde o bispo D. Claudio Hummes, da Diocese de Santo André, celebrou uma missa campal na tarde do último dia 24. Em seu sermão, D. Claudio destacou que não estava ali para fazer política, mas para “manifestar a solidariedade da Igreja ao pobre e às pessoas cujos direitos estejam sendo ultrajados”.

Também o Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Santo André divulgou nota de total e irrestrita solidariedade às famílias

que ocuparam as casas do Centreville. Após enfatizar que não admite a utilização política da questão, o documento afirma que “a ocupação de propriedades ociosas pela população carente é o reflexo do estado de desgoverno em que se encontra o nosso País”.

A nota do PT observa, ainda, que o partido, “antes de mais nada, se coloca no campo da mobilização para que se consiga o atendimento das reivindicações das famílias instaladas no Centreville, já que moradia decente é direito de todos, não privilégio de alguns”.

A orientação da comissão formada pelos moradores era no sentido de que houvesse resistência, de forma pacífica, à ação de despejo. Para demonstrar sua disposição em ficar, em comprar as casas que a Caixa Econômica Estadual alega não poder vender, os moradores organizaram diversas passeatas, sempre tendo à frente mulheres e crianças carregando faixas que pediam o direito de moradia.

Na carta enviada ao general Figueiredo, no dia 29 de julho, eles afirmam: “Não sairemos, custe o que custar, sejam quais forem as decisões dos tribunais. Entendemos que a palavra tantas vezes mencionada por V. Excia. realmente é o que corresponde à nossa necessidade: democracia. Para nós, democracia significa termos um teto decente, termos trabalho, termos liberdade, termos o pão à mesa e não mais ver nossos filhos chorando de fome, sem ter o que lhes dar para comer”.

impedem de fazer seus trabalhos agrícolas.

Contra a violência da “Ramires Reflorestamento”, 100 lavradores foram até Caxias, onde denunciaram os atos de grilagem. Com o apoio de militantes do PT, os trabalhadores decidiram organizar de forma unificada as lutas de todos os povoados. Além disso, ficou acertado um encontro entre os lavradores e Manoel da Conceição. Na oportunidade, uma comissão jurídica encaminhará as questões que envolvem aquela comunidade. Nesse sentido, foi realizado um levantamento de posse, que servirá de base para o trabalho jurídico.

Paulinho Lopes

CORDEL DO PATRÃO

Durante a operação de despejo, os jagunços a serviço dos grileiros, transmitem, com arrogância, este cordel dos patrões: “Nada é benfeitoria/ Quem planta em terra alheia/é como ir em mulher alheia/perde o fio e o feitiço”. É uma forma de ameaçar as famílias que protestam contra a destruição de suas plantações.

Mas os jagunços não recitam apenas versos ameaçadores para os lavradores: eles queimam as casas, entopem os poços que abastecem d’água as famílias e os

Atentado contra o advogado da CPT

Em São Luís, jagunços incendiam sua casa

Paula Santos

São Luís — O advogado da Comissão Pastoral da Terra no Maranhão, Oswaldo Alencar Rocha, foi vítima de atentado, no dia 14 de julho, juntamente com sua esposa Adma Alencar e duas filhas de nomes Lourdinha e Nicole. O atentado ocorreu depois de uma reunião mantida com os lavradores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Tocantins, na região denominada “Bico do Papagaio”, uma das áreas sob controle do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), subordinado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional.

No encontro, o candidato a governador proferiu uma palestra sobre o tema “Direito Agrário e Organização Sindical”. Ao chegar na casa de taipa em que moram as freiras, Oswaldo Alencar Rocha, sua mulher e as duas religiosas

conversavam, quando foram surpreendidos por pessoas suspeitas, que caminhavam em volta da moradia. Os suspeitos chamaram-nos para que saíssem até à porta, após insistentes batidas.

Oswaldo saiu para convencê-los a voltarem em outra hora, e verificou que havia três pessoas, uma delas identificada como sendo o pistoleiro Antônio Alagoano, assassino de posseiros.

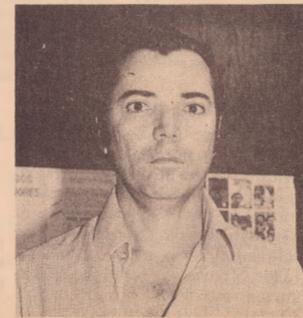
Os jagunços, então, atearam fogo na casa, atingindo a parte da frente e outras dependências. Apesar disso, o candidato a governador do PT conseguiu debelar o fogo a tempo, evitando que se alastrasse e causasse vítimas fatais.

Várias ameaças

Candidato do PT ao Governo do Estado, Oswaldo Alencar Rocha trabalha com 15 sindicatos rurais, e é conhecido por sua firmeza profissional e política. Ele informou que, há muito tempo, vem sendo alvo de tentativas de homicídio, além de pressões por parte de juizes e grileiros.

A região Araguaia-Tocantins, sobretudo a localidade “Bico do Papagaio”, é uma das mais tensas, devido aos conflitos de terras, com proporções alarmantes. Somente nos últimos dois anos, ocorreram 42 crimes perpetrados contra lavradores.

O candidato a governador do PT informou que registrou queixa-crime contra o pistoleiro Antônio Alagoano, na Delegacia de São Sebastião do Tocantins.



Oswaldo de Alencar Rocha (Foto: Miltom Guran/Agil)

Em Pernambuco, terminam as frentes de trabalho

Samuel A. F. Filho

RECIFE — A seca que se alastra há três anos coloca o trabalhador rural do sertão de Pernambuco em uma situação de miséria, fome e revolta, de quem não está mais vendo solução imediata para os seus problemas, já que todas as propostas de seus sindicatos encaminhadas ao Governo do Estado estão arquivadas. Por isso, os trabalhadores passam a invadir e saquear as feiras e mercados das cidades, para não deixar que suas famílias morram de fome.

O Governo desmobilizou a “emergência” (frentes de trabalho temporário) e retardou a sua reativação. As verbas da emergência são manipuladas em proveito do PDS e usadas em obras para melhorar a vida dos grandes fazendeiros. Estes chegam a exigir que o alistamento nas “frentes de emergência” seja feito com a comprovação da filiação ao PDS.

Os prefeitos locais também empregam nas “emergências” pessoas apadrinhadas que já têm empregos garantidos na cidade, deixando de fora trabalhadores rurais que, para não morrer de fome, vêm para as cidades e se transformam em marginais.

Invasão

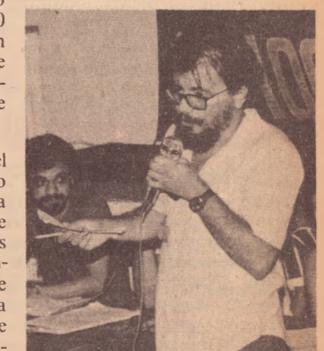
No dia 6 de julho, a cidade de Serra Talhada, no Vale do rio Pajeú, foi invadida por cerca de 500 trabalhadores rurais que vinham em busca de alimentos, porque sabiam que os armazéns e mercados da Cobal estão abarrotados de legumes e demais alimentos.

Na cidade de São José de Bel Monte, outro município do sertão Central, que fica a 64 km de Serra Talhada, a situação está tão grave que a maioria das famílias dos trabalhadores de lá está se alimentando com farinha e garapa de rapadura. A cidade foi invadida por 600 camponeses no dia 5 de julho. Os trabalhadores se dirigiram à Delegacia e à Prefeitura

locais, para comunicar que queriam trabalho e comida. A Prefeitura estava fechada. Frustrados em sua tentativa de ser atendidos, dirigiram-se ao pátio da feira e só se dispersaram quando conseguiram alimentos.

A resposta do Governo é a repressão. O secretário da Segurança Pública, Sérgio Higino, já enviou agentes para o Sertão para prender e verificar a existência de “agitadores” e “subversivos”. Além disso, as autoridades policiais tentam responsabilizar pelas invasões, o médico de Serra Talhada, Luiz Aureliano Carvalho Filho, que também já foi ameaçado de morte por capangas das famílias pedessistas locais.

Em São José do Egito, no início deste ano, cerca de mil trabalhadores rurais entraram em passeata reivindicando as inscrições na “frente de emergência”. Mas os aposentados e os já inscritos se viram ameaçados de perder o direito, e o estudante Agostinho Pereira, filho de D. Quitéria, trabalhadora rural, foi também ameaçado de morte e expulso do estágio que desenvolvia no Hospital da Cidade. Não fosse a Igreja do Vale, na Pessoa de D. Francisco e dos padres da paróquia local, que prestam solidariedade a todos que sofrem injustiças na região, ele talvez não mais existisse.



Luiz Aureliano

Duas mil são despejadas em Caxias do Maranhão

SÃO LUÍS — Duas mil famílias que moram em 19 povoados do Município de Caxias, no Maranhão, estão ameaçadas de perder suas lavouras, em consequência da implantação do projeto econômico da multinacional norte-americana “Ramires Reflorestamento”.

Para executar seu empreendimento (plantação de eucalipto e pinho em larga escala), com vistas à exportação para o mercado estrangeiro, já foram derrubadas 5.000 palmeiras de babaçu, roças de pequenos lavradores e sítios com grande quantidade de frutas e linhas de mandioca. Os riachos de onde os pescadores tiravam a

sua sobrevivência encontram-se totalmente aterrados.

Em troca, a empresa promete empregos para os posseiros que, de donos das terras, irão ser assalariados de fome. Com isso, a multinacional altera de forma brutal as relações de produção no campo.

Os povoados atingidos pela devastação são: Altos, Buriti Comprido, Buriti do Sangue, Descanso, Lagoa Feia, Bebedouro, Itapecuruzinho, São Raimundo, Faveira, Vereda, Boa Vista, São José, Pai Geraldo, Alto da Cruz, Garrafa, Pirinam, Riachão, Bonfim e Buriti do Padre.

Morte de advogado cria quase revolta no Pará

O gravíssimo problema de latifúndio e grilagens no Estado do Pará fez mais uma vítima fatal na escalada de violência no campo que sacode quase todo o País. O advogado Gabriel Pimenta, ligado aos sindicatos rurais paraenses, foi assassinado em mais uma tentativa de intimidar os trabalhadores que lutam por seus direitos.

O assassinato de Gabriel Pimenta, que estava com 27 anos de idade, foi motivo de inúmeras manifestações de protesto e indignação por parte de diversos setores da sociedade, como a Igreja e os sindicatos

de trabalhadores rurais. O clima de tensão na cidade de Marabá, onde o advogado residia, aumentou após mais este crime.

Os principais suspeitos do assassinato de Pimenta são os fazendeiros Manuel Cardoso Neto e José de Nóbrega. É deles a fazenda Pau Seco, onde trabalhavam 128 posseiros defendidos pelo advogado. Os posseiros haviam sido beneficiados pela Justiça recentemente e tinham assegurado seu direito de reintegração de posse graças ao trabalho de Pimenta. Eles tiveram sua prisão preventiva decretada.

Sem Terra têm reunião nacional em setembro

Em encontro realizado no Município de Medianeira, Paraná, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro), aprovou documento, no dia 25 de maio, contendo as principais reivindicações dos trabalhadores sem terra. As principais são: “terra só para quem nela trabalha e dela precisa para viver; extinção do módulo mínimo que só favorece o latifundiário; criação do módulo máximo, que fixe limites para as grandes propriedades rurais; crédito fundiário que favoreça o peque-

no agricultor e não beneficie latifundiários e grandes empresas na aquisição das pequenas propriedades rurais”.

Essas reivindicações serão discutidas no Encontro Nacional dos Sem Terra, que se realizará em Goiânia, Goiás, dos dias 22 a 26 de setembro. Também serão discutidas as conclusões do Encontro Regional Sul, realizado em Medianeira (PR), onde participaram agricultores dos Estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.